

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC JULIO ISAQUE DA SILVA

A EFICÁCIA DO PODER MILITAR NA GLOBAL WAR ON TERRORISM:  
seria a intervenção militar direta a melhor opção de combate ao terrorismo  
jihadista?

Rio de Janeiro

2020

CC JULIO ISAQUE DA SILVA

A EFICÁCIA DO PODER MILITAR NA GLOBAL WAR ON TERRORISM:  
seria a intervenção militar direta a melhor opção de combate ao terrorismo  
jihadista?

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CF Carlos Eduardo R. de Macedo

Rio de Janeiro  
Escola de Guerra Naval

2020

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, meu criador, pela minha vida, por ter permitido que eu chegasse até aqui e pelo seu infinito amor por mim, demonstrado diuturnamente, sempre acompanhando os meus passos e me sustentando em seus braços em meio ao mar revolto.

Aos meus familiares e amigos, em especial aos meus pais, Júlio da Silva (*in memorian*) e Maria do Carmo da Silva, e a minha filha, Júlia Maio da Silva, agradeço pelo seu amor incondicional e pela compreensão, nos momentos mais difíceis, que me proporcionaram a necessária motivação para seguir em frente.

Aos meus professores e instrutores da Escola de Guerra Naval (EGN) e da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), agradeço por compartilharem comigo os vossos conhecimentos e experiências, que em muito contribuíram para o meu aprimoramento técnico e profissional e, certamente, farão de mim um Oficial melhor.

A todos os meus companheiros da turma C-EMOS 2020, que comigo compartilharam e venceram os desafios impostos nesta jornada, a minha eterna gratidão.

Finalmente, ao meu orientador, o CF Carlos Eduardo Ribeiro de Macedo, agradeço por seu apoio constante e dedicação incansável em me orientar na difícil jornada da produção do conhecimento em meio às intempéries da vida.

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a consecução deste trabalho, o meu muito obrigado.

## RESUMO

Os atentados terroristas, planejados e executados pela *Al-Qaeda* nos Estados Unidos da América em 11 de setembro de 2001, mudaram a percepção mundial em relação a esse fenômeno, que passou a ser percebido como um problema global. Mais do que isso, tais eventos representaram um marco no emprego militar para o enfrentamento das organizações terroristas e seus apoiadores, sob a vertente do contraterrorismo. Todavia, a duração dos conflitos desencadeados pelo governo estadunidense, em resposta aos ataques sofridos, tem colocado em dúvida a dimensão da eficácia de uma resposta puramente militar, sob a forma de intervenção direta, para a prevenção, obstrução, detecção e neutralização dessa ameaça. Nesse sentido, utilizando o desenho de pesquisa “Descrição do Fenômeno”, iniciou-se uma investigação, a fim de compreender as variáveis envolvidas no combate ao terrorismo por meio de operações militares. Adicionalmente, partindo-se do pressuposto de que o emprego militar no contraterrorismo guarda uma razoável aderência em relação ao emprego militar na guerra de contrainsurgência, adotou-se como referência teórica o modelo do coronel francês David Galula (“Counterinsurgency Warfare: Theory and Practice”). Assim sendo, verificou-se a efetividade da estratégia adotada, a partir dos resultados alcançados, e, com base nos fatos observados, confirmou-se a hipótese de que o combate ao terrorismo internacional deve se basear num esforço governamental conjunto, no qual as forças armadas são apenas mais uma componente de atuação, provendo segurança aos demais e contrapondo-se a objetivos efetivamente militares. Por fim, o trabalho aponta para a necessidade da observância, por parte do poder político, das capacidades e limitações da expressão do poder militar, sob pena de engajá-lo em uma guerra, militarmente, impossível de ser vencida.

Palavras-chave: Guerra Irregular. Contrainsurgência. David Galula. Global War on Terror. Contraterrorismo.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Modelo da evolução das quatro gerações da guerra.....	55
Figura 2 – Modelo da guerra de contrainsurgência.....	56
Figura 3 – Situação militar no Afeganistão em 2019.....	57
Figura 4 – Situação militar no Iraque em 2020.....	58
Figura 5 – Crescimento das organizações terroristas (2000-2015) .....	59
Figura 6 – Ataques terroristas nos países que são alvos da GWOT (1987-2015) .....	60
Figura 7 – Ataques terroristas jihadistas (1989-2014) .....	61
Figura 8 – Crescimento do número de terroristas jihadistas (2000-2015) .....	62
Figura 9 – Atividade contraterrorista dos EUA (2017-2018) .....	63

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AQ	<i>Al-Qaeda</i>
AQAM	<i>Al-Qaeda and its associated movements</i> – <i>Al-Qaeda</i> e os movimentos a ela associados
CIA	<i>Central Intelligence Agency</i> – Agência Central de Inteligência
EUA	Estados Unidos da América
GWOT	<i>Global War on Terrorism</i> – Guerra Global ao Terrorismo
I GM	Primeira Guerra Mundial
II GM	Segunda Guerra Mundial
NSS	<i>National Security Strategy</i> – Estratégia de Segurança Nacional dos EUA
OEF-A	<i>Operation Enduring Freedom Afghanistan</i> – Operação Afeganistão Livre
OIF	<i>Operation Iraq Freedom</i> – Operação Iraque Livre
PND	Política Nacional de Defesa
UAV	<i>Unmanned Aerial Vehicle</i> – Veículo Aéreo não Tripulado
UCAV	<i>Unmanned Combat Aerial Vehicle</i> – Veículo Aéreo de Combate não Tripulado

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	8
<b>2</b>	<b>GUERRA E TERRORISMO</b> .....	12
2.1	A Guerra: conceituação e evolução histórica.....	13
2.1.1	As gerações da guerra.....	16
2.1.2	O declínio da guerra convencional.....	17
2.1.3	O protagonismo da guerra irregular.....	18
2.2	Terrorismo, o inimigo invisível.....	20
2.2.1	O terrorismo jihadista.....	21
2.3	Conclusões parciais.....	23
<b>3</b>	<b>O MODELO TEÓRICO DA CONTRAINSURGÊNCIA DE DAVID GALULA.</b>	25
3.1	Contra-insurgência na guerra revolucionária quente.....	26
3.1.1	Princípios da guerra de contra-insurgência.....	30
3.1.2	Estratégia do contra-insurgente.....	33
3.2	A aderência da guerra de contra-insurgência ao contraterrorismo.....	34
3.3	Conclusões parciais.....	35
<b>4</b>	<b>GWOT</b> .....	37
4.1	O emprego militar na GWOT.....	38
4.2	A estratégia de neutralização.....	41
4.3	Impactos da GWOT para a diplomacia estadunidense.....	44
4.4	Conclusões parciais.....	46

<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>48</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>52</b>
	<b>ANEXOS .....</b>	<b>55</b>



# 1 INTRODUÇÃO

Após os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, o governo estadunidense de George W. Bush (2001-2009) adotou a política de combate ao terrorismo internacional como prioridade e declarou a *Global War on Terrorism* (GWOT)<sup>1</sup>. Essa guerra, que seria travada contra as organizações terroristas e seus colaboradores, incluindo Estados que apoiassem tais organizações (apelidados de o “Eixo do Mal”<sup>2</sup>), teria como principal componente de atuação política o uso da força.

Nesse sentido, com o propósito de combater o terrorismo internacional e prevenir futuras ações terroristas contra os EUA, tropas estadunidenses invadiram o Afeganistão (2001) e Iraque (2003). Em que pese os objetivos militares<sup>3</sup>, inicialmente estabelecidos, tenham sido alcançados, a ameaça terrorista continua tão presente nos dias atuais quanto em 2001. Tal fato é admitido pelo governo estadunidense que, mesmo em um cenário de retorno da competição estatal, identifica nas organizações terroristas jihadistas<sup>4</sup> as maiores ameaças para os EUA e seus aliados e que persistirá<sup>5</sup>, apesar da derrota territorial do ISIS<sup>6</sup> e da *Al-Qaeda*<sup>7</sup> na Síria e no Iraque.

---

<sup>1</sup> A *Global War on Terrorism* (Guerra Global ao Terrorismo, tradução nossa) foi a resposta militar, em sua modalidade de intervenção direta, adotada pelos EUA após os atentados de 11 de setembro de 2001.

<sup>2</sup> Expressão adotada pelo presidente estadunidense George W. Bush (2001-2009), para se referir a governos considerados hostis ou inimigos dos EUA que, à época (setembro de 2001), foram acusados de apoiarem organizações terroristas ou de possuírem armas de destruição em massa.

<sup>3</sup> Os objetivos militares dos EUA foram, no caso da Guerra do Afeganistão, a destruição da *Al-Qaeda* e de seus líderes, em especial Osama bin Laden, e a remoção do regime Talibã do poder. Já no que diz respeito a Guerra do Iraque, chamada de Operação Liberdade do Iraque, o alvo foi a derrubada do regime de Saddam Hussein.

<sup>4</sup> Embora a tradução da palavra *jihad* signifique esforço, empenho ou luta, essa palavra árabe costuma ser traduzida como “guerra santa” contra os inimigos da religião muçulmana.

<sup>5</sup> De acordo com a Estratégia de Segurança Nacional dos EUA (*National Security Strategy - NSS*) (United States, 2017, p. 10).

<sup>6</sup> O Estado Islâmico, antes denominado Estado Islâmico do Iraque e do Levante (conhecido pelos acrônimos ingleses ISIS ou ISIL) é uma organização terrorista jihadista, de orientação salafita (sunita ortodoxa), criada após a invasão do Iraque em 2003.

<sup>7</sup> *Al-Qaeda* (AQ) é uma organização terrorista transnacional, fundada por Osama bin Laden em 1988 e liderada por Ayman al-Zawahiri desde 2011.

Considerando que os EUA, desde o fim da Guerra Fria<sup>8</sup>, gozam da hegemonia como super potência mundial, tanto econômica como militar, chama a atenção o fato de que a GWOT ainda não teve um desfecho. Tropas estadunidenses permanecem no Iraque e Afeganistão, em uma missão que já se arrasta por quase duas décadas. A dúvida que resta é se estaria a máquina militar estadunidense sendo empregada em uma guerra para a qual não foi preparada e, portanto, não possui os meios e métodos para vencer; se o emprego do poder militar no combate ao terrorismo internacional seria ineficaz ou insuficiente? Assim, o propósito deste trabalho é a busca de respostas que possam contribuir para a produção de conhecimentos voltados ao combate e mitigação da ameaça terrorista, um fenômeno que ameaça a comunidade internacional. Para tanto, será realizado um estudo, no contexto da GWOT, a fim de verificar a eficácia do emprego das forças armadas, como única arma ou como arma principal, no combate ao terrorismo internacional.

Para iniciar o nosso estudo, a seguinte questão de pesquisa se coloca: na GWOT, qual foi a eficácia no emprego das forças armadas no combate ao terrorismo?

Na busca da resposta para essa questão assumiremos uma hipótese de pesquisa em um dado cenário e, ao final do estudo, será verificada a sua validade ou não. A hipótese é que o combate ao terrorismo internacional deve se basear num esforço governamental conjunto, no qual as forças armadas são apenas mais uma componente de atuação, provendo segurança aos demais e contrapondo-se a objetivos efetivamente militares. Embora possam capitanear o esforço principal temporariamente, as forças armadas não devem ser os protagonistas durante toda a campanha.

Assim, a fim de balizar a nossa pesquisa, empregaremos o desenho de pesquisa “Descrição do Fenômeno”, para compreender as variáveis envolvidas no combate ao

---

<sup>8</sup> Período entre 1947 e 1991, marcado pela tensão geopolítica entre os EUA, a ex-URSS e seus respectivos aliados, quando o mundo viveu um ambiente marcado pela bipolaridade.

terrorismo, por meio de operações militares, e adotaremos como modelo teórico a “Contra-insurgência na Guerra Revolucionária Quente: Leis e Princípios da Guerra de Contra-insurgência e Estratégia da Contra-insurgência”, capítulo 5 do livro *Counterinsurgency Warfare: Theory and Practice* de David Galula.

A pesquisa será apresentada nesta dissertação em quatro capítulos além desta introdução.

No segundo capítulo, investigaremos e conceituaremos a guerra e o terrorismo, atentos à evolução histórica e à percepção contemporânea que se tem desses fenômenos.

No terceiro capítulo, apresentaremos o modelo teórico da guerra de contra-insurgência, formulado por David Galula. Esperamos, com isso, identificar as especificidades que tornam a guerra de contra-insurgência diversa da guerra convencional, adicionalmente, verificar que a guerra de contra-insurgência guarda semelhanças com o emprego militar no combate ao terrorismo, dentro do enfoque do contraterrorismo<sup>9</sup>.

No quarto capítulo, investigaremos o emprego militar no combate ao terrorismo, no âmbito das operações militares da GWOT, que para fins deste trabalho está limitada às Operações *Enduring Freedom Afghanistan* (OEF-A)<sup>10</sup> e *Iraqi Freedom* (OIF)<sup>11</sup>. Além disso, a partir da comparação entre a estratégia militar empregada pelos EUA e o modelo teórico adotado, avaliaremos os resultados alcançados e concluiremos qual foi a eficácia do emprego das forças armadas estadunidenses no combate ao terrorismo e quais fatores contribuíram para isso. Esperamos, no decorrer desta pesquisa, verificar as seguintes evidências que irão

---

<sup>9</sup> O combate ao terrorismo, definido como ações, incluindo antiterrorismo (medidas defensivas adotadas para reduzir a vulnerabilidade a atos terroristas) e contraterrorismo (medidas ofensivas adotadas para prevenir, impedir e responder ao terrorismo), tomadas para se opor ao terrorismo em todo o espectro de ameaças (Joint Pub 1-02).

<sup>10</sup> *Operation Enduring Freedom Afghanistan* (OEF-A) (Operação Liberdade Duradoura, tradução nossa) foi o nome dado pelo governo estadunidense para a resposta militar aos atentados de 11 de setembro de 2001, iniciada com a invasão e ocupação do Afeganistão (2001-).

<sup>11</sup> *Operation Iraqi Freedom* (OIF) (Operação Iraque Livre, tradução nossa) foi o nome dado pelo governo estadunidense para as operações militares de invasão e ocupação do Iraque (2003-).

corroborar com a hipótese levantada: o sucesso militar inicial das campanhas do Iraque e Afeganistão não foi suficiente e, por esse motivo, novas frentes tiveram que ser abertas; a despeito do número de líderes terroristas “neutralizados”, as organizações terroristas não tiveram suas atividades interrompidas ou mesmo enfraquecidas; e houve impactos negativos para a diplomacia estadunidense, em razão dos desgastes políticos sofridos nas campanhas militares da GWOT.

Por fim, no quinto capítulo, apresentaremos as conclusões deste trabalho.

Dando início ao desenvolvimento da pesquisa, passaremos ao estudo conceitual das variáveis relacionadas a guerra e ao terrorismo.

## 2 GUERRA E TERRORISMO

No presente capítulo, serão estudados dois fenômenos humanos de vital importância para a consecução dos objetivos desta pesquisa: a guerra e o terrorismo. Para tanto, partiremos da investigação de suas origens, evolução no tempo e espaço e da percepção contemporânea para ambos os fenômenos, para chegarmos a sua conceituação.

Nesse sentido, a partir da análise dos ensinamentos de Sun Tzu (século IV a.c.) e da herança cultural militar deixada por pensadores militares como Carl Von Clausewitz (1780-1831) e Mao Tsé-Tung (1893-1976), esperamos compreender o que é a guerra e suas diferentes nuances.

Embora o terrorismo não seja um fenômeno restrito ao mundo islâmico, considerando o objeto deste trabalho, voltado para o estudo do emprego militar no combate ao terrorismo internacional no mundo pós 11 de setembro de 2001, nossa pesquisa será direcionada à investigação do terrorismo jihadista e à análise do terrorismo suicida. Almejamos, dessa forma, compreender as motivações e forma de atuação dessa militância islâmica extremista. Tudo isso será necessário para verificarmos a eficácia da utilização do instrumento militar no seu enfrentamento.

Assim sendo, o capítulo será estruturado em: uma seção dedicada ao estudo da guerra e sua conceituação, onde serão analisados dois dentre os diferentes tipos de guerra, as guerras convencional e irregular; outra seção voltada para a investigação do terrorismo, com enfoque no terrorismo jihadista e suicida; e, finalmente, uma seção contendo as conclusões parciais.

## 2.1 A Guerra: conceituação e evolução histórica.

O fenômeno da guerra remonta há milhares de anos. Não é possível precisar quando ocorreu a primeira guerra, mas é certo que a guerra, em sua essência, reside no campo da dialética das vontades humanas, um choque entre forças contrárias ou opiniões divergentes, dando-se a sua materialização em forma de conflito com aplicação da violência.

Ao mesmo tempo em que percebemos que a guerra não é um fenômeno de surgimento contemporâneo, verificamos que cada guerra, a despeito de sua motivação, é um fenômeno único, singular e irreduzível. Assim sendo, a guerra é capaz de mudar o curso da história, produzindo impactos de ordem política, econômica e social de povos e nações (MAGNOLI, 2008).

Nesse sentido, Sun Tzu (século IV a.c.), em sua obra “A Arte da Guerra”, considerado o mais antigo escrito militar, conceituou a guerra como “o recurso essencial do estado, a base da vida e da morte, o caminho para a sobrevivência ou a extinção” (SUN TZU; SUN PIN, 2004, 50).

Da análise desse poderoso recurso essencial à sobrevivência do estado, verificamos que Sun Tzu, em sua abordagem da guerra conduzida pelos exércitos, condicionou o emprego da força militar à possibilidade de se alcançar uma rápida vitória, com economia de recursos e vidas, não infringindo ao inimigo perdas humanas desnecessárias. Na verdade, segundo Sun Tzu: “o ápice da excelência reside em vencer o exército inimigo sem precisar recorrer à batalha” (SUN TZU; SUN PIN, 2004, 50).

Passando do ponto de vista oriental para o ocidental e assumindo uma perspectiva mais contemporânea, a partir do século XVII, deparamo-nos com um período marcado por eventos e mudanças no sistema internacional europeu.

Tomando por ponto de partida a Paz de Vestfália (1648)<sup>12</sup>, passando pela Revolução Francesa (1789-1799)<sup>13</sup> e chegando às Guerras Napoleônicas (1803-1815)<sup>14</sup>, identificamos importantes mudanças na forma de pensar e executar guerras. Carl Von Clausewitz (1780-1831), em sua obra “Da Guerra”, interpretou tais mudanças e estabeleceu as bases teóricas da estratégia militar contemporânea (MAGNOLI, 2008).

Ao nos debruçarmos sobre a obra de Clausewitz, verificamos que o pensador militar prussiano interpretou a guerra como “a continuação da política de Estado por outros meios”, expressando a necessidade de subordinação do componente militar à política. Aprofundando-se em seu modelo teórico, Clausewitz identificou a “Trindade da Guerra”, conceito que identifica três tendências predominantes, que atuam como forças no interior das guerras e estão presentes em todas elas: a violência, que impulsiona a luta contra o inimigo; o jogo do acaso e da probabilidade, que torna a guerra um fenômeno imprevisível e incalculável; e, finalmente, o elemento de subordinação do poder militar ao poder político (CLAUSEWITZ, 1984).

Nesse sentido, em sua abordagem sobre a estratégia militar, Clausewitz chamou a atenção para a importância de serem conhecidas as características dominantes do inimigo, a fim de se determinar o seu ponto central de poder e movimento. Esse ponto, chamado de “centro de gravidade”, constitui um ponto crítico, uma vulnerabilidade a ser explorada e contra a qual todas as energias devem ser direcionadas. Assim, Clausewitz enumerou, em ordem crescente de importância, cinco possíveis pontos de gravidade: o exército do inimigo, sua cidade capital, seu principal aliado, o líder do inimigo e a opinião pública do inimigo (GRAY, 2016).

---

<sup>12</sup>A Paz de Vestfália “fundou” o Estado moderno, ao afirmar o primado dos interesses seculares dos soberanos e afastar a noção de uma autoridade eclesiástica universal (MAGNOLI, 2008, p. 12).

<sup>13</sup>A Revolução Francesa foi um período marcado por conflitos políticos e sociais na França do Rei Luís XVI e que, segundo alguns autores, representa um marco divisório entre a Idade Moderna e a Idade Contemporânea (MAGNOLI, 2008).

<sup>14</sup>As Guerras Napoleônicas foram uma série de conflitos entre a França de Napoleão Bonaparte e coalizões anti-Bonapartistas, formada por Reino Unido, Rússia, Prússia e Áustria. Essas guerras revolucionaram os exércitos e táticas dos países europeus (MAGNOLI, 2008).

Finalmente, antevendo o futuro, Clausewitz alertou para o fato de que novos ambientes e novas armas seriam acrescentados ao problema militar do estrategista, representando uma mudança no caráter da guerra. Porém, a natureza da guerra e de sua estratégia e o relacionamento entre a política e a componente militar permaneceriam imutáveis (GRAY, 2016). Conforme previsto por Clausewitz, modernamente, a guerra, conduzida pela estratégia militar, continua a ter o papel de traduzir os anseios do poder político. Assim, seja atuando na dissuasão ou no emprego da força, materializado sob a forma de violência, num contexto de conflito armado, a componente militar continua a ter importante papel para consecução dos objetivos políticos de um estado.

Todavia, a diferença em relação ao período pós-clausewitziano é que, na guerra contemporânea, o poder militar passa a ser visto como apenas mais uma das formas de poder possíveis de serem empregadas na guerra. A guerra, modernamente chamada de “Guerra Política”, adota, além da força representada pelo emprego militar, a diplomacia, pressões econômicas, subversão, propaganda e guerra psicológica (SMITH JUNIOR, 1989).

De acordo com SMITH JUNIOR:

A guerra é possivelmente o aspecto mais duradouro da cultura humana. Os temores modernos de um apocalipse nuclear podem ter ajudado a mudar alguns aspectos da guerra, mas eles não a eliminaram e podem tê-la aprimorado de algumas formas. A guerra política é uma dessas formas. Antecipando consequências inaceitáveis da guerra geral, homens e sociedades procuram perseguir seus objetivos por meio de formas menos materialmente destrutivas de conflito, entre elas a guerra política (SMITH JUNIOR, 1989, p. 214, tradução nossa)<sup>15</sup>.

Tendo já mencionado a Paz de Vestfália como ponto de partida de nosso estudo, o entendimento da evolução da guerra pode ser apoiado por William Lind (2004), que a dividiu em quatro gerações, as quais passaremos a examinar a seguir.

<sup>15</sup> No original: “*War is possibly the most enduring aspect of human culture. Modern fears of a nuclear apocalypse may have helped change some aspects of war, but they have not eliminated it and may have enhanced it in some forms. Political war is one of those forms. Anticipating unacceptable consequences from general war, men and societies have sought to pursue their aims through less materially destructive forms of conflict, among them political war.*”



### 2.1.1 As gerações da guerra

William S. Lind (1947-) é um autor estadunidense e um dos precursores do conceito de “Guerras de Quarta Geração” ou 4GW (FIG. 1).

A Primeira Geração, identificada entre 1648 e 1860, é marcada pela organização. A partir do emprego da tática de linha e coluna, exércitos estatais uniformizados se enfrentaram nos campos de batalha, onde o propósito era a destruição do oponente em uma batalha decisiva. A evolução do armamento, em especial o advento da metralhadora, tornaram essa tática obsoleta.

Já a Segunda Geração, desenvolvida pelo exército francês durante e após a Primeira Guerra Mundial (I GM) (1914-1918), tinha por propósito manter a cultura da ordem e baseava-se na concentração do poder de fogo, sendo a sua doutrina resumida pela frase "a artilharia conquista, a infantaria ocupa". O cumprimento das ordens era mais valorizado do que a iniciativa, uma vez que esta comprometia a sincronicidade de emprego de meios terrestres, navais e aéreos.

No tocante à Terceira Geração, uma herança da Segunda Guerra Mundial (II GM) (1939-1945), esta foi desenvolvida pelo exército alemão, sendo conhecida como *blitzkrieg* (guerra relâmpago) ou guerra de manobras. Nessa modalidade de guerra, o poder de fogo e desgaste são preteridos pela velocidade, deslocamento e surpresa. A iniciativa passa a ser valorizada e a obediência é mantida pela autodisciplina.

Finalmente, a Quarta Geração que é marcada pela maior crise de legitimidade Estatal desde a Paz de Vestfália. A descentralização e iniciativa da Terceira Geração ainda são identificadas, mas, nas Guerras da Quarta Geração, o Estado perde o monopólio da guerra e observam-se forças estatais militares lutando contra oponentes não estatais, como *Al-Qaeda*,

Hamas, Hezbollah e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC). Não apenas Estados se enfrentam, mas também culturas entram em choque (HUNTINGTON, 2007).

Diante da complexidade dos eventos que envolvem a guerra, incluindo a sua evolução no tempo e espaço, é possível deduzir que a guerra possui diferentes nuances. Nesse sentido, uma vez conceituada a guerra e compreendidas as variáveis que dela decorrem, faz-se mister o estudo dos diferentes tipos de guerra de interesse para este trabalho: guerra convencional e guerra irregular.

### **2.1.2 O declínio da guerra convencional**

Conforme observado nas três primeiras gerações da guerra, houve o monopólio estatal das guerras. Assim, durante os séculos XVII, XVIII e XIX, a guerra convencional, que protagonizou os conflitos armados desse período, foi travada entre dois exércitos, regulares e uniformizados, que, representando os seus respectivos Estados, enfrentaram-se em violentas batalhas até a submissão do seu oponente (MAGNOLI, 2008).

A mudança nesse paradigma deu-se durante a Guerra Fria, que inaugurou uma nova era dentro da estratégia militar. A bipolaridade mundial, que marcou esse período, mergulhou o mundo numa série de conflitos regionais. Nesse ambiente, a eficácia das estratégias e táticas das forças militares estatais foram colocadas à prova pela guerra irregular e observou-se o declínio do modelo de guerra convencional (MAGNOLI, 2008), abrindo espaço para a guerra irregular.

### 2.1.3 O protagonismo da guerra irregular

Buscando uma melhor compreensão do fenômeno da guerra irregular, no universo das guerras de quarta geração, faz-se imperioso o estudo e compreensão do modelo teórico da “Guerra de Resistência”<sup>16</sup> formulado por Mao Tsé-Tung (1893 - 1976).

Mao Tsé-Tung definiu que uma guerra de resistência deveria ser, idealmente, uma guerra prolongada, que englobasse três fases (CHO, 2011). A seguir, apresentaremos o detalhamento dessas três fases, no nível necessário para este trabalho, baseado no que escreveu o Coronel estadunidense Tony Cho (2011).

Da análise da primeira fase, verificamos que esta engloba a estratégia defensiva do insurgente em oposição a estratégia ofensiva do invasor inimigo. Nessa fase, a guerrilha se dedica à agitação, ou seja, à inquietação das massas.

Partindo para a segunda fase, essa caracteriza-se pelo impasse estratégico. Em razão dos desgastes sofridos na primeira fase e da escassez de recursos, o invasor ver-se-á obrigado a interromper a sua ofensiva, a fim de consolidar os objetivos militares já conquistados. Diante da pausa da pressão inimiga, o insurgente usará o tempo a seu favor e passará a desgastar ainda mais o inimigo por meio da guerrilha, enquanto se prepara para a sua contraofensiva estratégica, a ser irrompida na terceira fase.

Por fim, a terceira e última fase é caracterizada pela contraofensiva estratégica do insurgente que visa à retomada dos territórios conquistados pelo invasor. Embora a guerra de manobra continue a ser a forma principal de combate do insurgente, a guerra de posição crescerá em importância, em razão da mudança de postura do invasor de ofensiva para defensiva. Toda

---

<sup>16</sup>Embora preservem aspectos em comum e sejam consideradas “guerras populares”, as duas modalidades de conflitos que inspiraram o modelo teórico de Mao Tsé-Tung apresentam diferenças. Enquanto a “Guerra Revolucionária” é voltada para a derrubada de um governo existente, a “Guerra de Resistência” é direcionada contra um invasor externo (CHO, 2011).

a guerra prolongada de Mao Tse-Tung visa ao atingimento desta fase, em que o inimigo é de tal forma desgastado, que se vê vencido em sua vontade de prosseguir com a guerra.

Ao analisarmos os objetivos, meios e métodos da estratégia da guerra irregular de resistência de Mao Tsé-Tung, verificamos que esta almeja o retorno ao status quo anterior ao da invasão (objetivo). Quanto aos recursos, vimos que emprega aqueles considerados eminentemente não convencionais, originados do povo, e que, paulatinamente, tendem a se converter em recursos convencionais (meios). Do ponto de vista do método, opõe-se à nova ordem, representada pelo inimigo externo, por meio da guerrilha (CHO, 2011).

Do ponto de vista da estratégia, a guerra irregular prima pela simplicidade, encontra sua força no apoio da população e busca compensar a inferioridade numérica, adotando a manobra e explorando os fatores operacionais espaço e tempo. Nesse sentido, evita, sempre que possível, o confronto direto contra a força principal do inimigo (estratégia de ação indireta) e procura confundir o inimigo, atraindo-o para posições desfavoráveis. Ao contrário da guerra convencional, que busca uma batalha decisiva, a guerra irregular procura desgastar o inimigo, destruindo a sua vontade de lutar (CHO, 2011).

Finalmente, ao contextualizarmos a “Trindade da Guerra” de Clausewitz com o modelo teórico da guerra irregular de resistência de Mao Tsé-Tung, verificamos que o foco migra da subordinação do poder militar em relação ao poder político para a subordinação do guerrilheiro ao apoio da população, sua fonte de poder.

Uma vez compreendido o conceito e a dinâmica da guerra irregular, passaremos para a análise do fenômeno terrorismo. Antes disso, é válida a ressalva de que a análise dos escritos de Mao mostra que seu modelo foi idealizado em resposta a um invasor estatal específico (o Japão). A ideia, a partir de agora, em que escreveremos o terrorismo, é iniciar a verificação de similaridades entre o último e a insurgência.

## 2.2 Terrorismo, o inimigo invisível

O termo “terrorismo” tem sua origem histórica na Revolução Francesa (1789-1799). As mudanças almeçadas pelo movimento revolucionário e contrário ao regime vigente na França do Rei Luís XVI<sup>17</sup> foram conquistadas com o emprego de violência, especialmente no período entre setembro de 1793 e julho de 1794, dando início a esse fenômeno (SUTTI; RICARDO, 2003).

Em sua essência, o terrorismo não mudou ao longo dos séculos XX e início do século XXI e continuou a ser utilizado com o propósito de disseminação do pânico e terror, por meio da violência. Todavia, o terrorismo atual não se processa mais como na França, em que toda uma sociedade se engajou em sua prática. Hoje, é um fenômeno que tende a abarcar minorias, voltado para o combate a opositores, minorias étnicas, religiosas ou políticas. Nesse sentido, o terrorismo passou a ser empregado por grupos contrários a governos ou populações e por indivíduos que, agindo sozinhos, executam ações terroristas para consecução de seus objetivos (SUTTI; RICARDO, 2003).

Uma vez que esse fenômeno envolve conceitos políticos, ideológicos, religiosos e militares, modernamente, o terrorismo continua sem uma definição abrangente e consensual, (SUTTI; RICARDO, 2003). A exemplo da falta de uma definição universal, a interpretação e forma de condução do terrorismo têm sido alvo de divergências ao longo do tempo, por aqueles que o implementam (GROSS, 2014).

Como exemplo, no contexto da guerra irregular, verificamos que para algumas organizações de guerrilha, o terrorismo foi visto como meio de abreviar a guerra prolongada de Mao Tsé-Tung; para outras, o terrorismo foi entendido como necessário, para compensar fatores

---

<sup>17</sup>O movimento que desencadeou na Revolução Francesa (1789-1799) foi uma reação contrária aos privilégios que eram ostentados pela nobreza, clero e monarquia absolutista, em contraste com um cenário crescente de desigualdades sociais e econômicas (SUTTI; RICARDO, 2003).

operacionais desfavoráveis, em especial espaço e força; e, finalmente, para a maioria, o terrorismo foi adotado para enfraquecer o moral da população civil do inimigo, forçando o seu governo a negociar com a guerrilha, dar publicidade internacional e obter o apoio doméstico a sua causa (GROSS, 2014).

A despeito de o fenômeno terrorismo não se limitar ao mundo islâmico, considerando o objeto deste trabalho, focaremos no terrorismo jihadista no próximo tópico.

### 2.2.1 O terrorismo jihadista

Após os atentados de 11 de setembro, verificou-se uma tendência em se distinguir o terrorismo nacionalista do terrorismo transnacional dos movimentos radicais islâmicos, aí incluída a *Al-Qaeda*, alicerçado sobre ideais pan-religiosos ou pan-nacionais, cujos objetivos extrapolam os limites do estado-nação (GROSS, 2014).

O movimento sionista<sup>18</sup> iniciado a partir da segunda metade do século XIX e intensificado após o término da II GM, a geopolítica herdada de duas guerras mundiais pelo Oriente Médio e a criação do Estado de Israel são apenas algumas das razões que explicam o nacionalismo árabe e permitem o entendimento das origens do ódio que esses povos nutrem pelo ocidente. Unidos por uma religião, mas separados por objetivos diversos e discordâncias sobre o melhor caminho para alcançá-los, grupos extremistas islâmicos têm travado o que consideram a sua *jihad*, para a libertação da Palestina, a união dos povos árabes e reconstrução de um estado islâmico (SUTTI; RICARDO, 2003).

Fathi al-Shaqaqi, secretário-geral da Jihad Islâmica, disse em 1995:

Nossa *Jihad* Islâmica expôs a fraqueza, a confusão e a histeria do inimigo. Tornou-se claro que o inimigo pode ser derrotado, pois se um pequeno grupo fiel for capaz de instilar todo esse horror e pânico no inimigo, enfrentando-o na Palestina e no sul do Líbano, o que acontecerá quando a nação o confrontar

---

<sup>18</sup>O desejo de ocupar a Palestina, terra de seus ancestrais, e construir um Estado judeu motivou a emigração significativa de judeus para aquela região a partir da segunda metade do século XIX (SUTTI; RICARDO, 2003).

com esse potencial? ... As ações de martírio serão escaladas diante de todas as pressões. ... [elas] são uma opção realista para enfrentar o desigual equilíbrio de poder. Se não formos capazes de efetuar um equilíbrio de poder agora, podemos alcançar um equilíbrio de horror (PAPE, 2006, p.45)<sup>19</sup>.

No que se refere ao terrorismo suicida, este encontra campo fértil na presença de duas variáveis: a ocupação de um território, considerado como pátria, por uma nação estrangeira e de religião diferente; e o esgotamento de outras opções de oposição a tal ocupação (PAPE, 2006).

Ao analisarmos esse fenômeno, verificamos que a lógica, por trás da estratégia suicida, tem a percepção de, parcialmente ou completamente, alcançar o objetivo político almejado pelo grupo. Nesse sentido, a coação de um Estado, para que tome uma decisão favorável ao movimento terrorista, é vista como uma Estratégia de Punição<sup>20</sup> (PAPE, 2006).

Nesse diapasão, o espírito nacionalista da nação invadida é inflado em diferentes intensidades quando o invasor possui religião diferente do país invadido, o que corrobora com a lógica social do terrorismo suicida (PAPE, 2006). Lutar contra o invasor e se tornar um mártir, portanto, transcende a esfera do político e passa a orbitar na esfera religiosa, a partir da crença de que há algo melhor reservado na vida após a morte.

Finalmente, o poder coercitivo do grupo aumenta com a disposição de auto sacrifício de seus indivíduos, evidenciando o comprometimento e o destemor frente às ameaças de retaliação, sua lógica psicológica (PAPE, 2006). Nesse caso, evidencia-se que essa lógica serve de combustível motivador, a partir da expectativa de que o sacrifício do suicídio será admirado pelo grupo.

<sup>19</sup> *Our jihad action has exposed the enemy weakness, confusion, and hysteria. It has become clear that the enemy can be defeated, for if a small faithful group was able to instill all this horror and panic in the enemy through confronting it in Palestine and southern Lebanon, what will happen when the nation confronts it with all its potential... Martyrdom actions will escalate in the face of all pressures... [they] are a realistic option in confronting the unequal balance of power. If we are unable to effect a balance of power now, we can achieve a balance of horror.*

<sup>20</sup> A estratégia da punição visa coagir um ator que seja alvo, normalmente um governo (ator estatal), aumentando os custos ou riscos relacionados a ataques à sociedade, para que mude a sua política em relação a um tema em disputa (PAPE, 2006).

Em atenção a sua lógica, o terrorismo suicida, enquanto método, encontra na população civil o seu alvo mais atraente, constituindo o meio mais eficaz para dar visibilidade à sua causa, em razão do clamor internacional pelas vítimas inocentes. Some-se a isso o fato de que os ataques são mais fáceis de serem executados, pois podem ocorrer em qualquer lugar do mundo, onde haja aglomeração de pessoas (PAPE, 2006).

Uma vez compreendidas as variáveis presentes no terrorismo jihadista, incluindo a sua versão suicida, abordaremos no próximo tópico as conclusões parciais deste capítulo.

### **2.3 Conclusões parciais**

A partir de fatos observados ao longo da história, verificamos a evolução e ampliação conceitual da guerra que, modernamente, é entendida como um meio de exercer poder ou influência, mas sem, necessariamente, recorrer à violência, ou, quando o faz, tal violência não é exclusivamente implementada por um estado organizado.

Constatamos que, entre 1648 (Paz de Vestfália) e os eventos do 11 de setembro de 2001, o mundo vivenciou quatro gerações de guerras, com evoluções materiais e estratégicas do emprego militar. Uma vez compreendido o significado da guerra e de sua estratégia convencional, realizamos a análise da estratégia militar sob o ponto de vista da guerra irregular.

No tocante à guerra irregular, investigamos a Guerra de Resistência de Mao Tsé-Tung, uma guerra prolongada, dividida em três fases, que busca desgastar e enfraquecer o inimigo (mais forte). Encontra, no fator tempo, o seu maior aliado e no povo, sua fonte de poder.

Da investigação sobre o terrorismo, constatamos que esse fenômeno preservou a sua essência ao longo da história, sendo um meio para a disseminação do pânico e terror, por meio da violência. Vimos que o terrorismo é empregado também por atores não estatais, para consecução de seus objetivos políticos, ideológicos, religiosos e militares. Nesse sentido,



analisamos que os movimentos jihadistas, embora unidos pela mesma religião, distanciam-se uns dos outros devido aos seus objetivos diversos e discordâncias sobre a melhor forma para alcançá-los. Finalizando o presente capítulo, ainda no que tange ao terrorismo jihadista, vimos que ele muitas vezes tem enfoque na sua forma de expressão suicida, a qual aprendemos que possui uma lógica estratégica, psicológica e social que impulsiona os seus adeptos.

A fim de prosseguirmos em nossa pesquisa, no próximo capítulo, será estudado o modelo teórico da guerra de contrainsurgência, formulado por David Galula.

### 3 O MODELO TEÓRICO DA CONTRAINSURGÊNCIA DE DAVID GALULA

Neste capítulo, será apresentado o modelo teórico de contrainsurgência de David Galula (1919-1967). Galula, que foi coronel do exército francês e veterano das campanhas do Norte da África, Itália e França, durante a II GM, materializou os conhecimentos construídos, a partir de sua vivência nos conflitos armados da Revolução Comunista na China, Guerra Civil na Grécia e Guerra da Argélia, em duas obras escritas: *Pacification in Algeria*, em 1963; e *Counterinsurgency Warfare: Theory and Practice*, publicado em 1964 e modelo teórico adotado para a presente pesquisa.

A partir dos conhecimentos adquiridos sobre a guerra irregular com o estudo do modelo teórico de Mao Tsé-Tung, abordado no capítulo anterior, a pesquisa será direcionada para o modelo teórico de contrainsurgência de Galula, com ênfase na fase da guerra revolucionária quente. Nessa perspectiva, este autor acredita que, em busca de um melhor aproveitamento do conhecimento a ser produzido sobre essa fase da guerra e visando o objeto de estudo do presente trabalho, faz-se mister, observando a evolução dos níveis de condução das guerras de quarta geração, analisarmos o modelo de Galula do ponto de vista do nível operacional<sup>21</sup>.

Esperamos, com isso, poder identificar as especificidades que tornam a guerra de contrainsurgência diversa da guerra convencional e, adicionalmente, verificar que a guerra de contrainsurgência guarda semelhanças com o emprego militar no combate ao terrorismo, dentro do enfoque do contraterrorismo.

O capítulo será estruturado em três seções: a primeira, dedicada ao estudo das leis e dos princípios que regem a guerra de contrainsurgência e sua estratégia, identificando as particularidades dessa modalidade que a diferenciam da guerra convencional; a segunda veri-

---

<sup>21</sup>São quatro os níveis de condução da guerra: político, estratégico, operacional e tático. Cabe ao nível operacional interpretar os anseios do nível estratégico e traduzi-los para o nível tático.

ficando se há aderência entre a guerra de contrainsurgência e o emprego militar no combate ao terrorismo; e a última contendo as conclusões parciais.

Passemos, pois, à primeira dessas três seções, onde será apresentado o modelo teórico da “Contrainsurgência na Guerra Revolucionária Quente”.

### **3.1 Contrainsurgência na guerra revolucionária quente**

A fase da guerra de contrainsurgência que Galula chamou de guerra revolucionária quente marca o início do emprego da força militar no combate ao insurgente. Observa-se que, nesse momento, o insurgente já alcançou um certo nível de organização política ou revolucionária, mas ainda opera na clandestinidade (GALULA, 1964). Assim, o contrainsurgente, do ponto de vista da estratégia convencional, vê-se, antes, obrigado a localizar o inimigo, para, só então, poder combatê-lo. Mas como combater um inimigo desconhecido? Talvez, seja este o primeiro indício de que uma estratégia convencional não tem chance de prosperar nesse tipo de conflito.

Uma vez determinada pelo poder político a intervenção militar no combate ao insurgente, caberá ao nível estratégico a tradução dos anseios políticos para o nível operacional. Este, por sua vez, considerando o seu nível de competência, fará a tradução do nível estratégico para o nível tático. Nesse sentido, a partir do estado atual e visando a um estado final desejado (fixado pelo nível político e traduzido pelos demais níveis), o nível operacional irá identificar o problema militar e os objetivos especificamente militares, para, então, determinar os meios (recursos) e os métodos (ações) a serem empregados. A partir desse entendimento e a fim de obter e manter a liberdade de ação, a componente militar, chamada neste capítulo de contrainsurgente, buscará compreender como os fatores operacionais (força, tempo e espaço) favorecem a si, ou ao seu oponente.

Nesse sentido, Galula nos ensina que, embora o fator força, do ponto de vista convencional, esteja ao lado do contrainsurgente, sobretudo em relação aos meios tangíveis, o fator tempo favorece o seu oponente. Isso se explica, principalmente, devido ao fato de que a manutenção da força, combinada com a velocidade (ritmo e duração), visando ao enfraquecimento do insurgente, demanda um grande esforço prolongado que tende a perder intensidade com o tempo (GALULA, 1964). Além disso, a arte operacional nos lembra que a análise do fator força, além de estar atenta aos aspectos intangíveis (como, por exemplo, o pretense apoio da população ao lado do insurgente), deve considerar o que se chama de superioridade relativa, aquela que efetivamente se processa no ponto de encontro das forças antagônicas (VEGO, 2009). Ou seja, a mera alocação de tropas e meios em números superiores ao do insurgente não garante ao contrainsurgente que tal predomínio será conservado no ponto de contato; até porque, quando o insurgente percebe a superioridade inimiga, ele recusa a luta.

Partindo para o fator espaço, verificamos que o tamanho reduzido do insurgente, em flagrante assimetria em relação às forças de seu oponente, paradoxalmente, talvez seja o seu maior trunfo. Tal afirmação decorre do fato de que o tamanho reduzido do insurgente lhe proporciona o que Galula chamou de fluidez. Logo, essa fluidez dificulta a localização das forças insurgentes pelos meios convencionais e confere a mobilidade, que lhe permite usar o espaço de acordo com a sua própria conveniência, dificultando o cerco e destruição de suas forças (GALULA, 1964).

Nesse sentido, ao contrainsurgente caberá não negligenciar o fato de que, diferente da guerra convencional, onde a pressão em uma área tem o poder de causar impactos em outras, na guerra revolucionária, a fluidez do insurgente o possibilita recusar a luta, tornando a

contrapressão<sup>22</sup> ineficaz (GALULA, 1964). Isso mostra como o fator operacional espaço é favorável ao insurgente.

Uma vez entendido como os fatores operacionais se comportam em relação a ambos os lados do conflito e considerando a fluidez do insurgente, que usa o espaço de acordo com a sua conveniência e encontra no tempo um forte aliado, beneficiando-se, portanto, de uma guerra prolongada, verifica-se a necessidade de adoção de uma estratégia, diferente daquela que seria empregada numa guerra convencional. Só assim esse “inimigo invisível” poderia ser sobrepujado. Nesse escopo, Galula enumerou quatro leis, as quais seguem listadas e resumidas nos próximos parágrafos.

**A primeira lei** (o apoio da população é tão necessário ao contrainsurgente quanto ao insurgente) deixa claro que o recurso intangível “apoio da população” será alvo de disputa por ambos os lados do conflito (GALULA, 1964). O insurgente, normalmente, levará vantagem em relação ao contrainsurgente, uma vez que luta por uma causa que é a sua razão de ser e que, em muitos aspectos, confere legitimidade a sua luta. Quer seja pela cooptação, recrutamento ou coação, o insurgente buscará obter e manter o apoio ativo da população (GALULA, 1964). Importante observar que a população, fonte de poder do insurgente (ou seja, o equivalente ao que se poderia chamar de centro de gravidade de uma força convencional), não é dotada de fluidez inerente àquele grupo antagônico. Acaba por se constituir, portanto, em uma espécie de vulnerabilidade crítica para o insurgente. Assim sendo, é na população onde o contrainsurgente deve focar suas ações, uma vez que, paradoxalmente, ela é, ao mesmo tempo, o centro de gravidade e a vulnerabilidade crítica de seu oponente. Dessa forma, o insurgente não teria tão facilitada sua possibilidade de recusar a luta. Afinal, sendo-lhe negada sua fonte de poder (a

---

<sup>22</sup>A contrapressão é um conceito da guerra convencional que prevê, a partir de um ataque contra a posição B do inimigo, aliviar a pressão que este exerce sobre um outro ponto A. No caso da guerra de contrainsurgência, em razão da fluidez do insurgente, tal conceito não se aplica (GALULA, 1964).

população), a derrota se torna provável, ou, até mesmo, “inevitável”, na descrição do autor em comentário.

**A segunda lei** (o apoio é obtido por meio de uma minoria ativa) ressalta que não basta a conquista do apoio da população na forma de simpatia ou aprovação, sendo necessária uma participação ativa na luta contra o insurgente. Acrescenta que, qualquer que seja a situação, ou a causa, sempre haverá uma minoria ativa favorável, uma maioria neutra e uma minoria ativa contra (GALULA, 1964).

Nesse sentido, Galula nos ensina que o problema estratégico do contrainsurgente pode ser definido como:

Encontrar a minoria favorável [ao contrainsurgente] e organizá-la, para que influencie a população neutra contra a minoria insurgente. Toda operação, seja no campo militar ou nos campos político, social, econômico e psicológico, deve ser direcionada para esse fim (GALULA, 1964, p.53, tradução nossa)<sup>23</sup>.

**A terceira lei** (o apoio da população é condicional) alerta para o fato de que a obtenção e manutenção do apoio ativo da população só será possível se essa população identificar no contrainsurgente a vontade, a capacidade e os meios para vencer o insurgente. Do contrário, caso o insurgente estabeleça o seu domínio, aqueles que lhe eram contrários e forem descobertos serão caçados, presos e eliminados para servirem de exemplo (GALULA, 1964).

**A quarta lei** (a intensidade dos esforços e a vastidão dos meios são essenciais) proclama que as operações necessárias para mitigação da ameaça insurgente e convencimento da população de que o contrainsurgente vencerá o conflito são, obrigatoriamente, de natureza intensiva e prolongada, o que exige concentração de esforços, recursos e pessoal. Isso implica que os esforços não podem ser distribuídos por todo o país, mas precisam ser aplicados, sucessivamente, em cada área (GALULA, 1964). Ao analisarmos a quarta lei do ponto de vista

---

<sup>23</sup>No original: “*The strategic problem of the counterinsurgent may be defined now as follows: “To find the favorable minority, to organize it in order to mobilize the population against the insurgent minority. Every operation, whether in the military field or in the political, social, economic, and psychological fields, must be geared to that end.”*”

dos fatores críticos, percebemos que as vulnerabilidades críticas, porventura demonstradas pelo contrainsurgente, constituirão oportunidades que serão exploradas pelo insurgente. Nesse sentido, o perfeito alinhamento entre os diferentes níveis de condução da guerra de contrainsurgência, materializado, principalmente, pelo emprego de todos os bens tangíveis e intangíveis disponíveis em apoio às operações militares, será crucial (FIG. 2).

A exemplo do que ocorre com a guerra convencional, a guerra de contrainsurgência também se alicerça segundo princípios. Embora possam ser identificadas algumas diferenças entre os princípios da guerra convencional e os da guerra de contrainsurgência, eles, igualmente, não devem ser interpretados de maneira inflexível, mas devem ser tratados com a devida maleabilidade para poder orientar os níveis de decisão durante o processo de planejamento e condução da guerra. Veremos, na próxima seção, a abordagem de Galula para esses princípios.

### 3.1.1 Princípios da guerra de contrainsurgência

A elaboração de um planejamento militar deve ser orientada por princípios gerais. Tais princípios, embora flexíveis, cobram o seu preço caso sejam negligenciados. Atento a esse fato, Galula enumerou cinco princípios (economia de forças, irreversibilidade, iniciativa, simplicidade e comando e controle) voltados para o planejamento da estratégia do contrainsurgente. A fim de melhor examinar tais princípios e de evidenciar as especificidades da guerra de contrainsurgência, em contraste com a guerra convencional, faremos um comparativo, nos casos em que sejam identificadas similaridades, entre os princípios elaborados por Galula e os encontrados na Doutrina de Operações Conjuntas, publicação do Ministério da Defesa, MD30-M-01 (2º volume).

O primeiro princípio apresentado por Galula é o **Princípio da Economia de Forças**. De acordo com tal princípio, para o contrainsurgente, fazem-se necessários grandes

esforços para a obtenção de pequenas conquistas ao passo que para o insurgente basta muito pouco para se alcançar grandes vitórias (GALULA, 1964). Considerando que a guerra de contrainsurgência é uma guerra prolongada, negligenciar a economia de forças conduz, inevitavelmente, ao esgotamento dos meios disponíveis ao contrainsurgente.

Ainda nesse sentido, de acordo com o MD30-M-01 (2º volume), o princípio que encontra similaridade com a economia de forças de Galula é a economia de meios. De acordo com esse princípio, o máximo rendimento deverá ser buscado, por intermédio do emprego eficiente, racional e judicioso dos meios disponíveis.

Passando para o **Princípio da Simplicidade** de Galula, este princípio prega que a guerra convencional se apresenta mais simples do que a guerra de contrainsurgência. Isso pode ser evidenciado não apenas na definição dos objetivos militares, mas na forma de avaliar os ganhos e perdas do conflito e na maneira de dirigir a guerra. Nesse sentido, faz-se necessário um esforço voltado para a simplificação tanto no conceito como na execução das ações de contrainsurgência, sendo fundamental o estabelecimento de objetivos específicos e a definição dos meios para alcançá-los (GALULA, 1964). Indo ao encontro desse princípio, o MD30-M-01 (2º volume) traz o seu princípio da **Simplicidade** que, igualmente, alerta para a necessidade de que sejam envidados esforços para garantir que as ordens e os planos sejam claros, precisos e concisos. Tal princípio visa a facilitar o entendimento, a execução e a supervisão das operações pelos escalões envolvidos.

O terceiro princípio de Galula, **Princípio do Comando e Controle**, chama a nossa atenção justamente por ser identificado como um princípio ao invés de uma capacidade. De acordo com Galula, o princípio do Comando e Controle beneficia a guerra do contrainsurgência. Tal fato se explica em razão da forma como se desenrolam as ações. Nesse sentido, uma vez que as ações são divididas em etapas sucessivas e lógicas, fica facilitada a sua execução,



permitindo saber o quê, e quando, fazer a cada fase do conflito, incluindo quais serão os passos seguintes (GALULA, 1964).

No MD30-M-01 (2º volume), guardadas as especificidades da guerra de contrainsurgência, identificamos o **Princípio da Coordenação**, que apresenta alguma similaridade com o princípio do **Comando e Controle**. Em linhas gerais, tal princípio visa, por meio da conjugação harmônica de esforços de elementos distintos, a consecução de um objetivo, tarefa, propósito ou missão comum.

O quarto princípio de Galula, **Princípio da Iniciativa**, prega que o contrainsurgente, detentor do fator operacional força e que, portanto, tenderia a gozar de liberdade de ação, tem a prerrogativa de escolher onde será aplicado o esforço principal, não devendo se submeter à vontade do insurgente (GALULA, 1964). Embora não haja um equivalente para esse princípio no MD30-M-01 (2º volume), tal princípio é conhecido e amplamente discutido no âmbito da estratégia convencional. Via de regra, a iniciativa penderá, na maioria das vezes, a favor do partido mais forte.

Finalmente, o quinto e último princípio de Galula, **Princípio da Irreversibilidade**, que não encontra um equivalente nas publicações doutrinárias brasileiras, chama a atenção para a imperiosa necessidade de que o contrainsurgente viva entre a população e a proteja. Tal medida faz-se necessária até que a população possa fazer sua autodefesa com um mínimo de apoio externo, impossibilitando a retomada do poder pelo insurgente (GALULA, 1964).

De acordo com o MD30-M-01 (2º volume), todo planejamento, corretamente elaborado, deve apresentar as respostas adequadas às seguintes perguntas: a) O que fazer? b) Para que fazer? c) Quando fazer? d) Onde fazer? Nesse sentido, veremos os procedimentos elaborados por Galula, com base nas leis e princípios já abordados, que visam ao atendimento de uma estratégia geral que beneficie o contrainsurgente.

### 3.1.2 Estratégia do contrainsurgente

Os princípios extraídos das quatro leis da guerra de contrainsurgência são traduzidos numa estratégia geral em que Galula propõe oito procedimentos<sup>24</sup>, passo a passo, e que, embora admitam flexibilidade, devem levar em consideração o tipo de área onde serão empregados (vermelha, rosa, branca)<sup>25</sup>.

1. Concentre forças armadas suficientes para destruir ou expulsar o corpo principal de insurgentes armados;
2. Destaque na área tropas suficientes para se oporem a um retorno de uma força insurgente; instale essas tropas nas aldeias, vilas e cidades onde a população vive;
3. Estabeleça contato com a população, controle seus movimentos, a fim de cortar seu vínculo com os guerrilheiros;
4. Destrua a organização política do insurgente;
5. Estabeleça, por meio de eleições, novas autoridades locais provisórias;
6. Teste essas autoridades, atribuindo-lhes tarefas concretas. Substitua os fracos e incompetentes, dê total apoio aos líderes ativos, organize unidades de autodefesa;
7. Reúna e eduque os líderes em torno de um movimento político nacional; e
8. Conquiste ou suprima os insurgentes remanescentes.

De posse dos procedimentos acima, tem-se uma lente para melhor comparar a estratégia da contrainsurgência com o emprego militar no combate ao terrorismo.

---

<sup>24</sup>Procedimentos propostos por Galula em atenção à estratégia da guerra de contrainsurgência (GALULA, 1964, p. 55 e p. 56, tradução nossa).

<sup>25</sup>A guerra de contrainsurgência se desenvolve em três áreas: vermelha, onde o insurgente detém o domínio da população e realiza ações de guerrilha; rosa, onde o insurgente possui algum poder de influência, porém bem menor do que na área vermelha, constituindo-se em um objetivo de expansão; e branca, onde o insurgente representa uma ameaça, mas não consegue exercer o seu poder de influência (GALULA, 1964).

### 3.2 A aderência da guerra de contrainsurgência ao contraterrorismo

A despeito das diferenças decorrentes de suas particularidades, o emprego militar no contraterrorismo e na contrainsurgência, tanto na teoria quanto na prática, guardam semelhanças. Indo ao encontro dessa afirmação, verificamos que o método de combate principal do insurgente, que geralmente é a guerrilha, é complementado pelo terrorismo, por meio de ações violentas ou da ameaça de empreendê-las contra a população civil, na consecução de um objetivo político ou na busca por um efeito psicológico (BYMAN, 2006).

Assim sendo, não há uma linha divisória que separe, na prática, uma atuação insurgente de uma atuação terrorista, sendo possível a sobreposição entre grupos terroristas e movimentos insurgentes, incluindo a *Al-Qaeda* (BYMAN, 2006).

Nesse sentido, identifica-se uma oportunidade para o estabelecimento de um debate mais amplo sobre a aplicação das leis da guerra de contrainsurgência, por meio de uma estratégia que visa à conquista do apoio da população, por meio de operações políticas, legais, econômicas e sociais, mudando, dessa forma, o centro de gravidade das operações militares (SITARAMAN, 2009).

Portanto, consideramos ser possível tratar a GWOT, dentro do contexto dos conflitos armados travados no Afeganistão e Iraque, como uma guerra contra uma insurgência militante islâmica. Isso conferiria, de acordo com Brigham (2004), aos comandantes militares a possibilidade de melhor avaliar os objetivos, meios e métodos necessários para a vitória, possibilitando, inclusive, uma correta identificação do centro de gravidade inimigo.

Até aqui, as seções deste capítulo trataram, basicamente, de duas coisas. Primeiro, de como Galula enxergou que os instrumentos de guerra convencional não são suficientes para uma campanha contrainsurgente. E, segundo, começamos a discorrer sobre a possibilidade de

que essa constatação de Galula seja igualmente válida para o combate ao terrorismo. Assim, poderemos, na próxima seção, consolidar as informações e análises deste capítulo na forma de conclusões parciais.

### **3.3 Conclusões parciais**

Neste capítulo, foram abordados aspectos relevantes para este trabalho sobre o modelo teórico da Guerra de Contrainsurgência de David Galula, com ênfase na guerra revolucionária quente. Essa fase da guerra, que marca o início do emprego militar contra o insurgente, quando analisada do ponto de vista operacional, traz ensinamentos importantes sobre como os fatores operacionais (força, tempo e espaço) favorecem, ou não, ao contrainsurgente.

A partir do estudo das leis e princípios que regem a guerra de contrainsurgência, verificamos a sua diversidade em relação à guerra convencional. Nesse sentido, percebemos que ao contrainsurgente não resta outra opção, senão a adoção de uma estratégia própria, com base nas leis e princípios postulados por Galula. Nesse sentido, percebemos a importância da obtenção e manutenção do apoio ativo da população, que constitui a vulnerabilidade crítica do insurgente.

Vimos que, a exemplo da guerra convencional, a guerra de contrainsurgência dialoga com princípios que norteiam a condução de sua estratégia pelos diferentes níveis. Entretanto, alguns desses princípios são próprios da guerra de contrainsurgência e diferem dos princípios da guerra convencional: irreversibilidade e comando e controle.

Finalmente, na última seção deste capítulo, abordamos a possibilidade de haver congruência entre a estratégia de contrainsurgência, de acordo com o modelo proposto por Galula, e o combate ao terrorismo.

Identificamos que, apesar das diferenças decorrentes de suas particularidades, o emprego militar no contraterrorismo e na contrainsurgência apresentam semelhanças. Nesse sentido, considerando que o método de combate principal do insurgente é a guerrilha e que esta, não raramente, é complementada pelo terrorismo, a contrainsurgência se mostra uma ferramenta viável ao contexto do contraterrorismo.

Finalmente, tratar a GWOT, dentro do contexto dos conflitos armados travados no Afeganistão e Iraque, como uma guerra de contrainsurgência, em oposição a uma insurgência militante islâmica, revela-se como uma oportunidade para reavaliar a estratégia adotada até então e uma correta identificação do centro de gravidade inimigo.

No capítulo seguinte, investigaremos o emprego militar no combate ao terrorismo, no âmbito das operações militares da GWOT, a fim de concluir qual foi a eficácia do emprego das forças armadas estadunidenses no combate ao terrorismo e quais fatores contribuíram para isso. Nessa análise, tentaremos transpor, para o contraterrorismo aplicado na GWOT, os ensinamentos da contrainsurgência que colhemos neste capítulo.

## 4 GWOT

Neste capítulo, investigaremos o emprego militar na GWOT e, a partir da comparação entre a estratégia militar adotada pelos EUA e o modelo teórico de David Galula, estudado no capítulo 3, avaliaremos os resultados alcançados. Nesse sentido, buscaremos verificar a real dimensão do sucesso militar inicial e qual o motivo de novas frentes terem sido abertas, a fim de alcançar e consolidar os objetivos políticos. Adicionalmente, investigaremos a estratégia de “neutralização” de líderes terroristas, a fim de verificar a eficácia dessa estratégia e seus impactos para as organizações terroristas. Por fim, analisaremos se houve impactos negativos para a diplomacia estadunidense, em razão dos desgastes políticos sofridos nas campanhas militares da GWOT. Almejamos, com isso, concluir qual foi a eficácia do emprego militar estadunidense no combate ao terrorismo, quais fatores contribuíram para isso e confirmar, ou negar, a hipótese levantada. Ou seja, verificaremos a pertinência da nossa afirmação de que o combate ao terrorismo internacional deve se basear num esforço governamental conjunto, no qual as forças armadas são apenas mais uma componente de atuação, provendo segurança aos demais e contrapondo-se a objetivos efetivamente militares. Embora possam capitanear o esforço principal temporariamente, não será esse o papel das forças armadas durante toda a campanha.

O capítulo será estruturado em: uma seção dedicada ao estudo do emprego militar na GWOT; uma seção orientada para a pesquisa e análise da estratégia de “neutralização” de líderes terroristas; uma seção dedicada ao estudo dos impactos da GWOT para a diplomacia estadunidense; e, por último, uma seção dedicada às conclusões parciais.

#### 4.1 O emprego militar na GWOT

Ainda influenciados emocionalmente pelos ataques de 11 de setembro, o poder político estadunidense, apoiado pelo povo e por grande parcela da comunidade internacional, atribuiu aos militares em 2001 a missão de erradicar o terrorismo internacional. Porém, a falta de definição de objetivos políticos claros e o não estabelecimento de outras formas, senão o emprego da força, conduziram os EUA a uma guerra prolongada e cara<sup>26</sup>, a sua GWOT (MONTEN, 2005).

O primeiro erro de julgamento perceptível do nível político foi a declaração de guerra contra o terrorismo ao invés de contra um ator estatal ou não estatal, como a *Al-Qaeda* (BYMAN, 2006). Tal equívoco trouxe como consequência a indefinição de quem é o inimigo, a impossibilidade de localizar esse inimigo e, principalmente, a incompreensão dos motivos que levaram esse ator a se tornar um inimigo para os EUA. Diante dessa indefinição, o problema militar para a GWOT ficou sem a possibilidade de solução.

Após 2 anos de GWOT, em 2003, percebendo que aquela guerra não poderia ser vencida apenas militarmente, o governo Bush (2001-2009) reavaliou a sua atuação política no Oriente Médio. Dessa análise, concluiu-se que a causa do terrorismo internacional era o fato de que o mundo árabe não havia se transformado em uma sociedade democrática do século 21 (GENEST, 2019).

Assim sendo, em uma tentativa de, ao mesmo tempo, dirigir a GWOT contra um Estado e promover a “expansão da democracia” contra o terrorismo, o segundo grande erro de julgamento foi cometido pelo nível político estadunidense. De fato, a decisão de invadir o Iraque, abrindo uma nova frente de guerra, antes mesmo da consolidação da vitória no

---

<sup>26</sup>Em setembro de 2016, um estudo realizado por Neta Crawford, da *Brown University*, calculou o custo da GWOT em aproximadamente US\$ 5 trilhões de dólares.

Afeganistão, pode ser vista hoje como mais uma das causas para o prolongamento excessivo da GWOT.

Essa nova abordagem política, além de não trazer benefícios diretos para o combate ao terrorismo, complicou ainda mais o problema militar uma vez que o objetivo político geral migrou de “prevenir futuros ataques terroristas internacionais em território estadunidense” para “disseminar a democracia pelo Oriente Médio” (MONTEN, 2005).

Nesse sentido, a estratégia militar, que, inicialmente, foi traduzida por meio de operações de guerra convencional, precisou ser alterada para operações de contrainsurgência. Por fim, novamente, teve que adaptar-se para treinamento de forças locais de segurança e operações de estabilidade (GENEST, 2019).

Diante de tantos fatores complicadores, surge a indagação: até que ponto a máquina de guerra estadunidense foi, ou tem sido, eficaz na GWOT? Da análise de ambas as campanhas militares, verificamos sucessos militares na GWOT contra o Taliban, em 2001, e contra a *Al-Qaeda*, entre 2003 e 2011. Todavia, a fluidez insurgente, que é característica dessas organizações terroristas, confere a capacidade de se refugiarem em santuários, reagruparem e organizarem suas forças. Assim sendo, essas organizações conseguem atuar em novos territórios, onde os governos do Afeganistão e Iraque não exercem controle, tornando qualquer vitória militar limitada e temporária (KADERCAN, 2019).

Ainda nesse sentido, considerando que organizações como a *Al-Qaeda* e o Estado Islâmico são, antes de tudo, movimentos ideológicos, uma derrota puramente militar se torna improvável. Afinal, tais movimentos comportam-se como organizações insurgentes e que, por meio de desinformação e algumas reivindicações legítimas, conquistam o apoio ativo de grande parte da população islâmica e recrutam novos seguidores mundialmente (KADERCAN, 2019).



Uma vez compreendido que as organizações terroristas islâmicas se comportam como uma militância insurgente, este autor se volta para o modelo teórico de Galula. Com base em seus ensinamentos, qual seria a melhor abordagem para enfrentar esse inimigo?

A partir da constatação de que a GWOT vem sendo travada contra um ator insurgente internacional, verificamos, de acordo com a **Primeira Lei da Guerra Quente**<sup>27</sup> de Galula, que o sucesso nessa empreitada será diretamente proporcional ao apoio ativo da população mundial, seja ela islâmica ou não, e que esse objetivo será alvo de disputa entre os insurgentes (organizações terroristas) e os contrainsurgentes (GWOT).

Outra pergunta que nos intriga é: o que impede os EUA de encerrarem os conflitos do Afeganistão e Iraque? Mais uma vez, recorrendo aos ensinamentos de Galula, verificamos que esses conflitos, negligenciando o **Princípio da Simplicidade da Guerra Quente**<sup>28</sup>, foram iniciados sem a definição de até onde se deveria ir militarmente para alcançar os objetivos políticos e impor a paz, o que impossibilitou a escolha adequada de uma estratégia militar que atendesse ao objetivo político.

A partir dos ensinamentos de Clausewitz, constatamos que o objetivo político para a GWOT não foi corretamente identificado e traduzido para o nível estratégico, impossibilitando a determinação correta do objetivo militar a ser alcançado e a quantidade de esforço necessário para fazê-lo. Nesse sentido, a GWOT comprovou ser a continuação da política estadunidense por outros meios, mas uma política volátil, incerta, complexa e ambígua, o que trouxe reflexos negativos para o desenrolar das campanhas militares (GRAY, 2016).

Nesse sentido, Clausewitz nos ensinou que

O primeiro, o mais importante, o ato de apreciação mais decisivo que um homem de Estado ou um comandante-chefe executa, consiste na apreciação correta do tipo de guerra que leva a efeito, a fim de não a tomar por aquilo que

---

<sup>27</sup>A primeira lei da Guerra Quente de Contrainsurgência de David Galula (o apoio da população é tão necessário ao contrainsurgente quanto ao insurgente) deixa claro que o ativo “apoio da população” será alvo de disputa por ambos os lados do conflito (GALULA, 1964).

<sup>28</sup>O princípio da simplicidade da guerra de contrainsurgência de David Galula chama a atenção para a necessidade do estabelecimento de objetivos específicos e a definição dos meios para alcançá-los (GALULA, 1964)

ela não é e não querer fazer dela aquilo que a natureza das circunstâncias lhe impede que seja. Esta é a primeira de todas as questões estratégicas e a mais abrangente. (...) o ponto de vista cardeal do qual a guerra e a teoria da guerra devem ser examinadas (CLAUSEWITZ, 1984, pp. 88-9, tradução nossa)<sup>29</sup>.

Finalmente, o autor Robinson já alertava em 2008 para o fato de que os governos do Afeganistão e Iraque não se mostravam capazes de conter a *Al-Qaeda* e o Estado Islâmico sem as forças de segurança estadunidenses, em especial nas áreas rurais onde a AQAM<sup>30</sup> normalmente opera (FIG. 3 e 4). Tal constatação implica que as tropas estadunidenses não poderão deixar esses países, sob pena de os EUA verem todo o esforço político, econômico e militar da GWOT desperdiçados (ROBINSON, 2008).

Na próxima seção, abordaremos a estratégia de neutralização da ameaça terrorista e analisaremos os impactos dessa estratégia para a mitigação da ameaça terrorista.

## 4.2 A estratégia de neutralização

Com o passar dos anos, ao longo da GWOT, a liderança militar estadunidense compreendeu que algo diferente deveria ser tentado. Assim, em uma reedição do pretense sucesso das campanhas aéreas, da estratégia *shock and awe*<sup>31</sup>, do fim do século passado, foi desenhada a estratégia de neutralização. Dessa vez, focada no emprego cada vez maior dos UAV<sup>32</sup> (sigla em inglês para veículos aéreos não tripulados). Esses equipamentos, comumente

<sup>29</sup>No original: “First, the supreme, the most far-reaching, act of judgment that the statesman and commander have to make is to establish (...) the kind of war on which they are embarking; neither mistaking it for, nor trying to turn it into, something that is alien to its nature. This is the first of all strategic questions and the most comprehensive. (...) the cardinal point of view from which war and theory of war have to be examined”.

<sup>30</sup>*Al-Qaeda and its associated movements* (AQAM) - *Al-Qaeda* e os movimentos a ela associados (tradução nossa).

<sup>31</sup>*Shock and awe* (choque e pavor, tradução nossa) estratégia militar baseada em alcançar um rápido domínio sobre o adversário pela imposição inicial de força e poder de fogo esmagadores. O conceito foi formulado em 1996 ganhou destaque na campanha do Iraque em 2003. Disponível em: <<https://www.oxfordreference.com/view/10.1093/oi/authority.20110803100502693>>. Acesso em: 06 ago. 2020.

<sup>32</sup>Equipados com sensores sofisticados, os UAV podem ser empregados em inteligência, vigilância e reconhecimento e ataques contra pessoas e infraestruturas (HASHIM; PATTE, 2012).

chamados de “drones”, são considerados um dos mais importantes sistemas militares de guerra do início do século XXI (HASHIM; PATTE, 2012).

Como parte da estratégia de neutralização dos EUA, os UAV ou UCAV<sup>33</sup> estão sendo amplamente utilizados e de forma crescente na GWOT pela *Central Intelligence Agency* (CIA)<sup>34</sup> e forças armadas estadunidenses. Nesse sentido, entre 2002 e 2011, os gastos com esse tipo de equipamento saltaram de US\$ 550 milhões de dólares para US\$ 5 bilhões de dólares (HASHIM; PATTE, 2012).

Tal crescimento nos gastos pode ser justificado pelo aumento do emprego dessa nova tecnologia em ataques. Enquanto, no período entre 2004 e 2007, foram realizados 9 ataques por UCAV; em 2008, foram realizados 34 ataques; em 2009, 53 ataques; e em 2010, 118 ataques (HASHIM; PATTE, 2012).

Ao analisarmos o histórico dessas missões de localização e neutralização de líderes terroristas, resta-nos a percepção de que essa estratégia agressiva foi vista como uma alternativa ao emprego de tropas (*boots on the ground*) (HASHIM; PATTE, 2012). De saldo, essa estratégia resultou na eliminação de alvos de alto valor em vez de capturá-los e mantê-los presos, à espera de um julgamento. Assim, centenas de militantes terroristas foram mortos. Dos 20 primeiros líderes da *Al-Qaeda* neutralizados, 11 foram por ataques de UCAV (HASHIM; PATTE, 2012).

Ao buscarmos alguma vantagem militar alcançada com essa estratégia de neutralização, identificamos a adoção de uma postura mais defensiva por parte dos grupos terroristas, com foco em sua própria sobrevivência em detrimento do recrutamento de novos membros e da realização de novas operações (HASHIM; PATTE, 2012). Todavia, a despeito de qualquer vitória percebida com a estratégia de neutralização, os dados estatísticos apontam

---

<sup>33</sup>Quando armados, os drones são chamados de UCAV (veículos aéreos não tripulados de combate) (HASHIM; PATTE, 2012).

<sup>34</sup>A *Central Intelligence Agency* (CIA) é um órgão de inteligência civil, voltado para a assessoria do governo estadunidense em assuntos de defesa nacional, com enfoque nos assuntos externos.

para o crescimento do número de organizações terroristas e o incremento no número de ataques terroristas (FIG. 5, 6 e 7), em especial nos países onde os EUA vinham realizando ataques aéreos ou por UCAV (THRALL; GOEPNER, 2017).

Somem-se a isso os danos colaterais, devido ao emprego dos UCAV, o que tem acirrado ainda mais o debate sobre a eficiência dessa estratégia. De acordo com uma reportagem do *The New York Times*, de maio de 2009<sup>35</sup>, 50 civis são mortos para cada militante terrorista neutralizado (HASHIM; PATTE, 2012).

Finalmente, do ponto de vista do direito internacional, as operações de ataque com UCAV são vistas como ilegais, pois violam a soberania de estados não diretamente envolvidos e os princípios do DICA<sup>36</sup>, voltados para a prevenção do sofrimento desnecessário por civis (HASHIM; PATTE, 2012).

Da análise dos dados obtidos sobre a estratégia de neutralização, avaliamos que tal estratégia pouco contribui para o combate ao terrorismo internacional e passa a imagem de ações voltadas para a punição ao invés de prevenção e obstrução das ameaças. Nesse sentido, a consequência é o aumento e propagação do sentimento antiamericano, que corrói as relações internacionais e prejudica a diplomacia estadunidense.

Considerando que, numa guerra de contrainsurgência, o recurso intangível mais valioso é o apoio ativo da população, a estratégia de neutralização vai em sentido contrário, contribuindo para a perda do apoio mundial e para legitimidade da causa terrorista.

Veremos, a seguir, as consequências para a diplomacia estadunidense decorrentes da GWOT.

---

<sup>35</sup> The New York Times. *Death from above, outrage down below*. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2009/05/17/opinion/17exum.html>>. Acesso em: 23 jul. 2020.

<sup>36</sup> DICA (Direito Internacional para Conflitos Armados), também conhecido como Direito Internacional Humanitário, por meio de normas consuetudinárias e convencionais, visa a proteção do ser humano, por intermédio da regulamentação dos conflitos armados. Ampara-se sob cinco princípios: humanidade, necessidade militar, proporcionalidade, limitação e distinção. Disponível em: <<https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direitos-humanos/direito-internacional-humanitario-historia-e-principios/>>. Acesso em: 25 jul. 2020.

### 4.3 Impactos da GWOT para a diplomacia estadunidense

Após os ataques de 11 de setembro, verificou-se uma mudança radical na política estadunidense de combate ao terrorismo. Antes, internamente, o combate ao terrorismo era visto como uma questão de polícia e, externamente, uma ameaça distante. Depois dos ataques, o terrorismo assumiu o papel central na política de segurança nacional estadunidense e a resposta limitada de antes deu lugar a uma resposta agressiva, chamada pelo governo Bush em 2003 de estratégia 4-D (THRALL; GOEPNER, 2017).

A estratégia 4-D, para impedir futuros ataques contra os EUA, previa 4 objetivos: derrotar as organizações terroristas com alcance global, negar a essas organizações santuários de onde elas pudessem operar e lançar ataques, diminuir as condições favoráveis ao terrorismo e defender os EUA por meio de ações proativas (THRALL; GOEPNER, 2017).

Nesse sentido, em atendimento à estratégia 4-D, a política externa estadunidense adotou a **intervenção militar direta**<sup>37</sup> como a principal componente da sua GWOT. Tal decisão, conforme veremos, passou a trazer impactos para a diplomacia estadunidense, com reflexos negativos para as relações internacionais.

Inicialmente, a percepção de que os EUA são arrogantes, hipócritas e incapazes de se debruçarem em um diálogo transcultural, difundida e profundamente enraizada, em especial em meio aos povos de religião muçumana, aumentou. Para muitos, o terrorismo só se tornou um problema global aos olhos estadunidenses após os EUA sentirem na própria pele, em 11 de setembro, os seus efeitos (PETERSON, 2002).

---

<sup>37</sup>Segundo o Departamento de Defesa dos EUA: “intervenção militar é o ato deliberado de uma nação ou um grupo de nações empregarem suas forças militares na solução de uma controvérsia” (THRALL; GOEPNER, 2017, tradução nossa). Essa intervenção pode ser direta, quando envolve o envio de tropas para combater, ocupar ou defender o território de outras nações, ou indireta, quando é feita por meio de apoio (inteligência, equipamentos militares, aconselhamento, treinamento e dinheiro) (THRALL; GOEPNER, 2017).

Além disso, a percepção negativa sobre a estratégia de neutralização e episódios como o das imagens vazadas da prisão de Abu Ghraib<sup>38</sup> (“escândalo da tortura”<sup>39</sup>) contribuíram para macular ainda mais a imagem estadunidense perante a comunidade internacional. A consequência foi um crescente questionamento quanto à legitimidade e à legalidade da política externa dos EUA, em especial aquela relacionada à GWOT (JACKSON, 2006). Portanto, a diplomacia que deveria atuar em cooperação com a GWOT, na verdade, sofreu impactos desta e, ao mesmo tempo, a prejudicou, visto que tais desgastes políticos favoreceram a propaganda jihadista e encorajaram a adesão de mais membros a sua ideologia (FIG. 8).

Nesse sentido, quando confrontamos a necessidade de enfrentamento ao terrorismo internacional com os impactos evidentes à diplomacia estadunidense, causados pela GWOT, verificamos que os EUA dispunham, à época da implementação da GWOT, e ainda dispõem, de outros instrumentos, que não a intervenção militar direta ou indireta (FIG. 9), para combater o terrorismo. Dentre eles, destacam-se sanções econômicas, diplomacia, negociações e congelamento de ativos financeiros de organizações terroristas ou de seus apoiadores (THRALL; GOEPNER, 2017)<sup>40</sup>.

Uma vez compreendido o relacionamento entre a diplomacia estadunidense e a GWOT, apresentaremos, na próxima seção, as conclusões parciais.

---

<sup>38</sup>Abu Ghraib é um complexo penitenciário, situado na cidade iraquiana de Abu Ghraib, que fica localizado 32 km a oeste de Bagdá.

<sup>39</sup>O escândalo de Abu Ghraib foi divulgado em 28 de abril de 2004, quando fotos tiradas do local e vazadas para o canal de TV CBS News sugeriram que prisioneiros iraquianos eram torturados por militares da Coalizão EUA-Reino Unido. Disponível em < <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-44205563>>. Acesso em 22 jul. 2020.

<sup>40</sup>De acordo com a Política Nacional de Defesa (PND) brasileira, o Poder Nacional, compreendido como a capacidade que tem a Nação para alcançar e manter os objetivos nacionais, manifesta-se em cinco expressões: a política, a econômica, a psicossocial, a militar e a científico-tecnológica. Disponível em: [https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy\\_of\\_estado-e-defesa/pnd\\_end\\_congresso\\_.pdf](https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congresso_.pdf). Acesso em: 09 ago. 2020.

#### 4.4 Conclusões parciais

O estudo do presente capítulo forneceu elementos importantes para a compreensão das variáveis que envolvem a GWOT, a política que a determina e a diplomacia estadunidense que a motiva e dela decorre.

Verificamos que a estratégia de deflagração da GWOT, ainda sob o efeito emocional e psicológico provenientes dos atentados de 11 de setembro, foi adotada sem a devida ponderação sobre a adequabilidade de uma intervenção militar direta em países islâmicos, a fim de combater a militância insurgente islâmica e terrorista internacional.

Ainda nesse sentido, constatamos que a definição dos objetivos políticos para o nível estratégico das forças militares não foi clara. Além disso, não foram cogitadas outras formas, senão o emprego da força, para a condução da GWOT, uma guerra prolongada, cara e de resultados limitados.

Comprovamos que a declaração de guerra contra o terrorismo ao invés de contra um ator estatal ou não estatal, como a AQ, implicou dificuldade na correta identificação de quem é o inimigo. Além disso, significou a impossibilidade de localizar esse inimigo e levou à incompreensão dos motivos que levaram esse ator a se tornar um inimigo para os EUA, comprometendo a praticabilidade das operações da GWOT.

Verificamos que as negligências em relação aos ensinamentos de Clausewitz e Galula, sem mencionar as lições aprendidas com a própria GWOT, têm roubado das forças militares a possibilidade de vitória. Isso fica evidente quando constatamos que essa guerra, travada de forma prolongada e contra um inimigo insurgente forte, determinado e que conta com o apoio crescente de grande número de simpatizantes e adeptos, não possui objetivos políticos claros e definidos. Ainda que tais objetivos tenham sido melhor desenvolvidos no

curso da GWOT, restou claro que eles não poderiam ser alcançados apenas por meio do instrumento militar.

Da análise do histórico da GWOT, concluímos que a fluidez do militante insurgente islâmico, além de impactar negativamente na adequabilidade e praticabilidade da missão, tornam qualquer vitória militar limitada e temporária.

Some-se a isso o fato de que as organizações terroristas se sustentam sob movimentos ideológicos extremistas. Ao identificar a ameaça nas consequências ao invés de nas causas para a propagação dessa ideologia, verifica-se uma incorreta identificação do centro de gravidade do inimigo, o que torna a imposição de uma derrota puramente militar improvável. Ou seja, ainda que haja vitórias militares pontuais, nelas não se encontra uma efetiva contribuição para o atingimento do estado final desejado

Observamos que a estratégia de neutralização da ameaça apresenta resultados limitados, desproporcionais aos danos colaterais (ainda que estes não tenham necessariamente acontecido em grande magnitude, como a apreçoada, o efeito propagandístico-informacional é de que sim). Com isso, ela acaba sendo considerada internacionalmente como ilegal e ilegítima (contrária ao direito internacional e aos princípios do DICA). Assim, impacta negativamente a diplomacia estadunidense e, embora transmita a falsa sensação de vitória, ao eliminar as lideranças terroristas, na prática, verifica-se um aumento no número de organizações e incremento nos atentados terroristas.

Finalmente, observamos que a diplomacia estadunidense pode ser considerada uma das causas e fator impulsionador do terrorismo internacional, uma vez que a imagem negativa desse país desperta o sentimento de antiamericanismo, muito presente nos movimentos islâmicos. Somem-se a isso os erros cometidos na condução da GWOT, com flagrantes desrespeitos aos valores pregados pelas democracias ocidentais, que têm sido explorados pelos movimentos terroristas, servindo de combustível para a sua ideologia.



## 5 CONCLUSÃO

O presente trabalho foi motivado pelo desejo de verificar a eficácia do emprego das forças armadas, como única solução ou como solução principal, no combate ao terrorismo internacional.

Nesse sentido, foi adotado o desenho de pesquisa “Descrição do Fenômeno” para compreender as variáveis envolvidas no combate ao terrorismo por meio de operações militares e, com base no modelo teórico de David Galula (“*Counterinsurgency Warfare: Theory and Practice*”) e resultados alcançados pela estratégia estadunidense na condução da GWOT, verificar a eficácia dessa estratégia.

Considerando que a compreensão e análise de um fenômeno esbarra, inevitavelmente, na necessidade de conceituá-lo, a pesquisa foi iniciada, no capítulo 2, pela conceituação e análise da evolução da guerra e do terrorismo.

Assim, verificamos que a guerra, um fenômeno que reside no campo da dialética das vontades, remonta há milhares de anos. Nesse sentido, o estudo da história das guerras demonstrou que esse fenômeno poderoso, vital para a sobrevivência do estado, nas palavras de Sun Tzu, é capaz de produzir impactos de ordem política, econômica e social de povos e nações.

Prosseguimos em nossa pesquisa e verificamos a evolução das guerras, representadas em 4 gerações (4GW). Todavia, conforme previsto por Clausewitz, as mudanças observadas no caráter das guerras não foram capazes de alterar a sua essência, permanecendo a mesma como um instrumento da política para a consecução de seus objetivos.

Uma vez consolidado o entendimento sobre a guerra e a sua evolução, demonstramos que, modernamente, o emprego da força é entendido como uma das opções possíveis para o atendimento dos objetivos políticos. Nesse sentido, a Guerra Política, além da

estratégia militar, vale-se da diplomacia, pressões econômicas, subversão, propaganda e guerra psicológica.

Prosseguindo em nossa pesquisa, testemunhamos o declínio da guerra convencional e o protagonismo assumido pela guerra irregular nas guerras de quarta geração. Buscando uma melhor percepção desse fenômeno, recorreremos ao modelo teórico da guerra de resistência de Mao Tsé-Tung. Tal guerra, que idealmente é prolongada, possui três fases, que visam desgastar o oponente mais forte, roubando-lhe a vontade de prosseguir com a guerra. Nesse ambiente, um bem intangível será alvo de disputa por ambos os oponentes e a sua conquista, via de regra, conduzirá à vitória. Estamos falando do apoio ativo da população.

A partir da compreensão das variáveis envolvidas na guerra irregular, a pesquisa se direcionou para a análise do terrorismo, com especial atenção ao terrorismo jihadista suicida, a fim de construir uma bagagem cultural que permitisse uma melhor interpretação do contexto da GWOT. Nesse sentido, identificamos as origens históricas, evolução e o emprego do terrorismo como instrumento político por atores não estatais. Adicionalmente, aprendemos que há uma lógica no terrorismo suicida, sob os pontos de vista estratégico, social e psicológico, e que a ideologia por trás desses movimentos constitui a verdadeira ameaça a ser combatida. Finalmente, comprovamos que esse tipo de terrorismo encontra na população civil o seu principal alvo, uma vez que é facilmente acessível e a consternação causada pelos ataques proporcionam a visibilidade almejada para a causa terrorista.

No capítulo 3, tivemos a oportunidade de conhecer o modelo teórico do coronel francês David Galula. A partir dos princípios enunciados para a guerra de contrainsurgência em sua fase da guerra quente, verificamos a diversidade da guerra convencional em relação à guerra de contrainsurgência. Assumindo o ponto de vista do nível operacional, verificamos que a força favorece o contrainsurgente, porém o tempo e o espaço beneficiam o seu oponente, em especial devido ao seu caráter fluido. A exemplo dos ensinamentos de Mao Tsé-Tung, Galula despendeu

grande esforço, a fim de evidenciar a importância da obtenção e manutenção do apoio ativo da população. Fato comprovado no enunciado das quatro leis da guerra de contrainsurgência e que nos conduzem à conclusão de que o centro de gravidade, nesse tipo de conflito, reside na população e não no inimigo.

Com base no conhecimento teórico construído e consolidado nos capítulos 2 e 3, investigamos, no capítulo 4, o emprego militar na GWOT e, por meio da comparação com o modelo teórico de Galula, avaliamos os resultados alcançados.

Nesse sentido, verificamos que a intervenção militar direta produziu alguns sucessos iniciais, eclipsados por uma guerra prolongada, mal planejada e mal executada em decorrência dos repetidos erros cometidos pelo nível político daquele país.

Constatamos que, no universo da estratégia militar da GWOT, a “neutralização” de líderes terroristas e a complacência com a prática de tortura de prisioneiros impactaram negativamente a imagem dos EUA e a sua diplomacia. Além disso, contribuíram para a degradação do apoio internacional, tão importante para a legitimidade da GWOT, e fortaleceram a ideologia terrorista, a verdadeira ameaça por trás do fenômeno terrorista.

Com base na constatação dos fatos observáveis propostos, confirmamos a hipótese levantada de que o combate ao terrorismo internacional deve se basear num esforço governamental conjunto, no qual as forças armadas são apenas mais uma componente, podendo capitanear o esforço principal temporariamente, mas não durante toda a campanha.

Na condução dessa guerra política, isoladamente, ou em conjunto ao uso da força, a adoção de sanções econômicas, diplomacia, negociações e congelamento de ativos financeiros de atores adversos apresentam-se como uma hipótese racional, visando a um impacto maior ao centro de gravidade inimigo.

Finalmente, extraímos deste estudo a importância de que o nível político compreenda o papel de suas forças armadas, suas capacidades e limitações, a fim de não lhe atribuir uma guerra, do ponto de vista militar, impossível de ser vencida.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Defesa. MD30-M-01 – Doutrina de Operações Conjuntas (2º volume). Brasília, 2011.

BRASIL. Ministério da Defesa. Política Nacional de Defesa (PND). Brasília, 2018. Disponível em: < [https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/estado\\_e\\_defesa/END-PNDa\\_Optimized.pdf](https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/estado_e_defesa/END-PNDa_Optimized.pdf) >. Acesso em: 09 ago. 2020.

BRIGHAM, Maj David E. *The GWOT: War or Counterinsurgency?* Newport: Naval War College. Disponível em: < <https://www.hsdl.org/?view&did=451260> >. Acesso em: 09 jul. 2020.

BYMAN, Daniel L. *Friends Like These: Counterinsurgency and the War on Terrorism*. International Security, out. 2006. Disponível em: < [https://www.researchgate.net/publication/249564144\\_Friends\\_Like\\_These\\_Counterinsurgency\\_and\\_the\\_War\\_on\\_Terrorism](https://www.researchgate.net/publication/249564144_Friends_Like_These_Counterinsurgency_and_the_War_on_Terrorism) >. Acesso em: 09 jul. 2020.

CHO, Tony K. *Mao's War of Resistance: Framework for China's Grand Strategy*. Parameters, [s.l.:s.n.], 2011. P. 6-18. Disponível em: <<https://pdfs.semanticscholar.org/193d/632257b9840359543c5d42466f491a6779f8.pdf>>. Acesso em: 16 maio 2020.

CLAUSEWITZ, Carl Von. *On War*, tradução de Michael Howard e Peter Paret, Princeton: Princeton University Press, 1984. 732 p.

\_\_\_\_\_. Department of Defense. *Joint Publication 1-02 (JP 1-02), Dictionary of Military and Associated Terms*. Washington, DC, 2016. 482 p. Disponível em: < [https://fas.org/irp/doddir/dod/jp1\\_02.pdf](https://fas.org/irp/doddir/dod/jp1_02.pdf) >. Acesso em: 15 maio 2020.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. *National Security Strategy (NSS)*. The White House, Washington, DC, 2017. 68 p. Disponível em: <<https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2017/12/NSS-Final-12-18-2017-0905.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2020.

FRANÇA, Júnia Lessa; VASCONCELLOS, Ana Cristina de. *Manual de Normalização de Publicações Técnico-Científicas*. 8. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2007. 255 p.

GALULA, David. *Counterinsurgency Warfare: Theory and Practice*. New York and London: Frederick A. Praeger, Inc., 1964. 118 p.

GENEST, Marc. *Afghanistan: Time for Strategic triage?* Naval War College. Palestra apresentada em 07 fev. 2019.

GRAY, S. Colin. *Estratégia moderna*, tradução de Geraldo Alves Portilho Junior, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2016. 624 p.

GROSS, L. Michael. *Dilemas morais da guerra moderna: tortura, assassinato e chantagem na era do conflito assimétrico*, tradução de Geraldo Alves Portilho Junior, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2014. 376 p.

HASHIM, Ahmed S.; PATTE, Grégoire. *Counter Terrorist Trends and Analyses*. International Centre for Political Violence and Terrorism Research. V. 4, n. 9, 2012. p. 8-13. Disponível em: < <https://www.jstor.org/stable/10.2307/26351086>>. Acesso em: 23 jul. 2020.

JACKSON, Richard. *The Discursive Construction of Torture in the War on Terror: Narratives of Danger and Evil*. Aberystwyth University, 2006. Disponível em: < [https://www.researchgate.net/publication/280227036\\_The\\_Discursive\\_Construction\\_of\\_Torture\\_in\\_the\\_War\\_on\\_Terror\\_Narratives\\_of\\_Danger\\_and\\_Evil](https://www.researchgate.net/publication/280227036_The_Discursive_Construction_of_Torture_in_the_War_on_Terror_Narratives_of_Danger_and_Evil)>. Acesso em: 23 jul. 2020.

KADERCAN, Burak. *GWOT in Iraq: When Global becomes Local*. Naval War College. Palestra apresentada em 06 fev. 2019.

LIND, William S. *Understanding Fourth Generation War*. *Military Review*, [s.l.:s.n.], p. 12-16, 2004. Disponível em: <<https://www.hsdl.org/?view&did=482203>>. Acesso em: 16 maio 2020.

MAGNOLI, Demétrio. *História das guerras*. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2008. 479 p.

MCKELVEY, Tara. *Tinha ódio de mim mesmo pelo que acontecia ali, relata soldado americano que trabalhou na prisão iraquiana de Abu Ghraib*. BBC NEWS, 22 maio 2018. Disponível em: < <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-44205563>>. Acesso em: 22 jul. 2020.

MONTEN, Jonathan. *The Roots of the Bush Doctrine: Power, Nationalism, and Democracy Promotion in U.S. Strategy*. V. 29, p. 112-156, 2005. Disponível em: <<https://doi.org/10.1162/isec.2005.29.4.112>>. Acesso em: 22 jul. 2020.

PAPE, Robert A. *Dying to Win: The Strategic Logic of Suicide Terrorism*. New York: Random House, 2006. 353 p.

PETERSON, Peter G. *Public Diplomacy and the War on Terrorism*. Concil on Foreign Relations. 01 set. 2002. Disponível em: < <https://www.jstor.org/stable/20033270?seq=1>> Acesso em: 22 jul. 2020.

ROBINSON, Linda. *Tell Me How This Ends: General David Petraeus and the Search for a Way Out of Iraq*. New York: Public Affairs, 2008. 142 p.

SITARAMAN, Ganesh. *Counterinsurgency, The War on Terror, and The Laws of War*. Virginia Law Review, Forthcoming, 2009. Disponível em: < <https://www.virginialawreview.org/sites/virginialawreview.org/files/1745-1.pdf> >. Acesso em: 12 jul. 2020.

SMITH JUNIOR, Paul A. *On Political War*. Washington D.C.: National Defense University Press, 1989. 290 p. Disponível em: < <https://apps.dtic.mil/dtic/tr/fulltext/u2/a233501.pdf>>. Acesso em: 16 maio 2020.

SUN TZU; SUN PIN. *A arte da guerra*. Tradução de Ana Aguiar Cotrim. São Paulo: M. Fontes, 2004. 336 p. Versão inglesa de: Ralph D. Sawyer. Original chinês.

SUTTI, Paulo; RICARDO, Sílvia. *As diversas faces do terrorismo*. São Paulo: Harbra, 2003. 116 p.

The New York Times. *Death from above, outrage down below*. Disponível em: < <https://www.nytimes.com/2009/05/17/opinion/17exum.html>>. Acesso em: 23 jul. 2020.

THRALL, A. Trevor; GOEPNER, Erik. *Step Back: Lessons for U.S. Foreign Policy from the Failed War on Terror*. CATO Institute. 26 jun. 2017. Disponível em: <<https://www.cato.org/sites/cato.org/files/pubs/pdf/pa-814.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2020.

VEGO, Milan. *Joint Operational Warfare: Theory and Practice*. Newport: Naval War College, 2009.

## ILUSTRAÇÕES

## ANEXO A

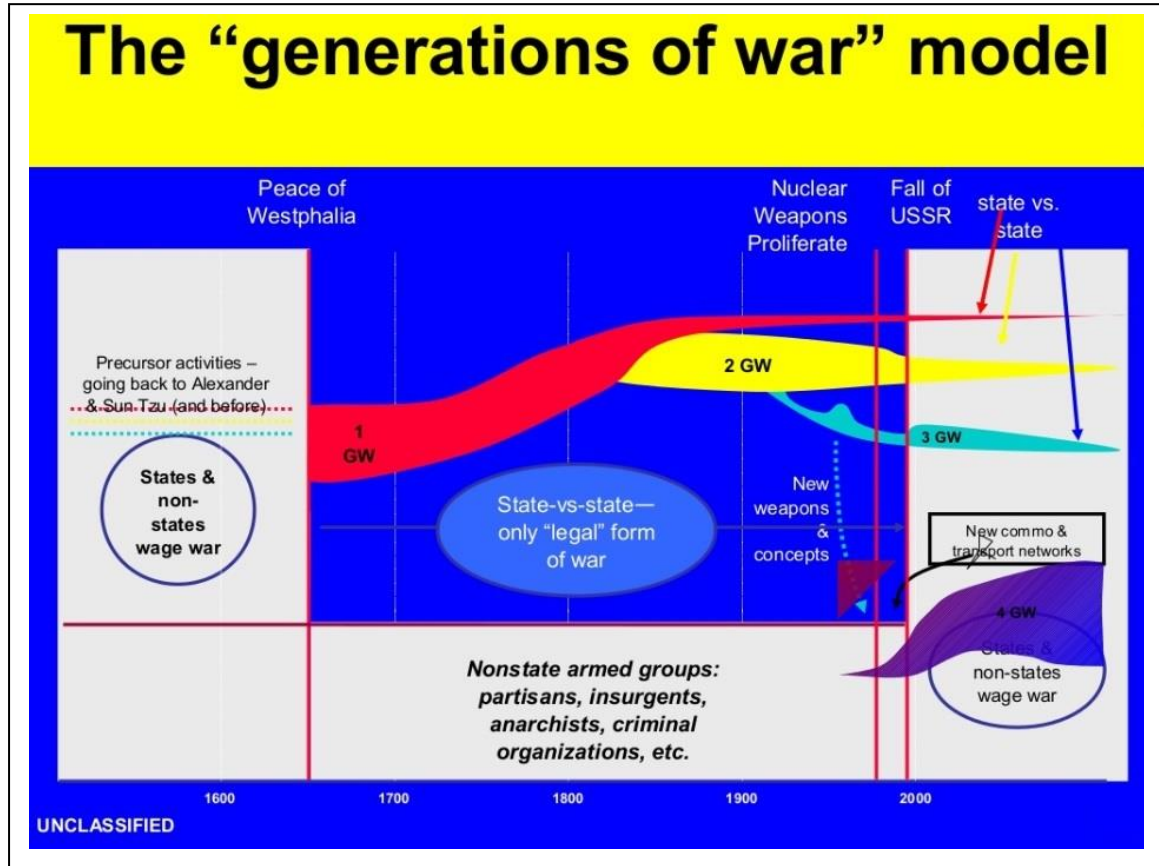


FIGURA 1 – Modelo da evolução das quatro gerações da guerra

Fonte: <<https://researchcentre.army.gov.au/library/land-power-forum/canon-and-four-generations-warfare-part-4>>.

Acesso em: 09 ago. 2020.



ANEXO B

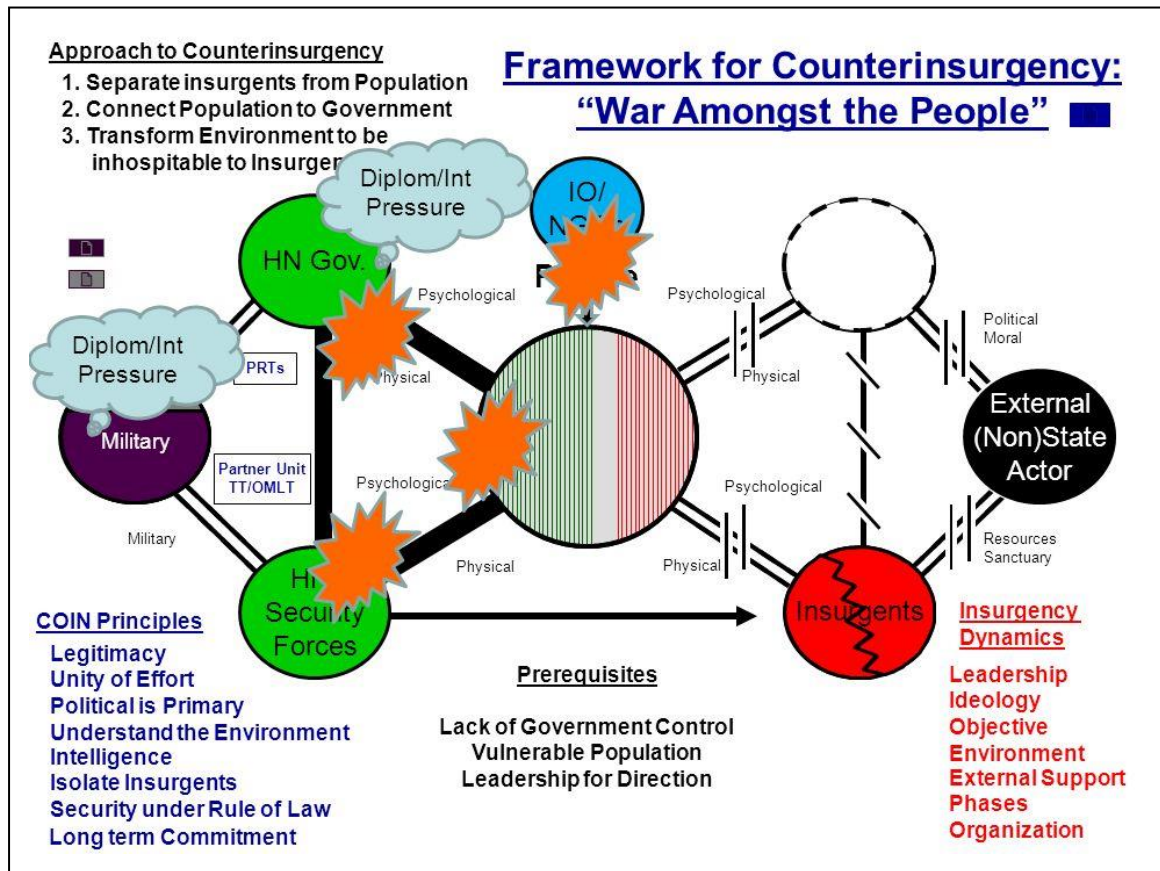


FIGURA 2 – Modelo da guerra de contrainsurgência

Fonte: < <https://slideplayer.com/slide/8532964/> >.

Acesso em: 09 ago. 2020.

## ANEXO C

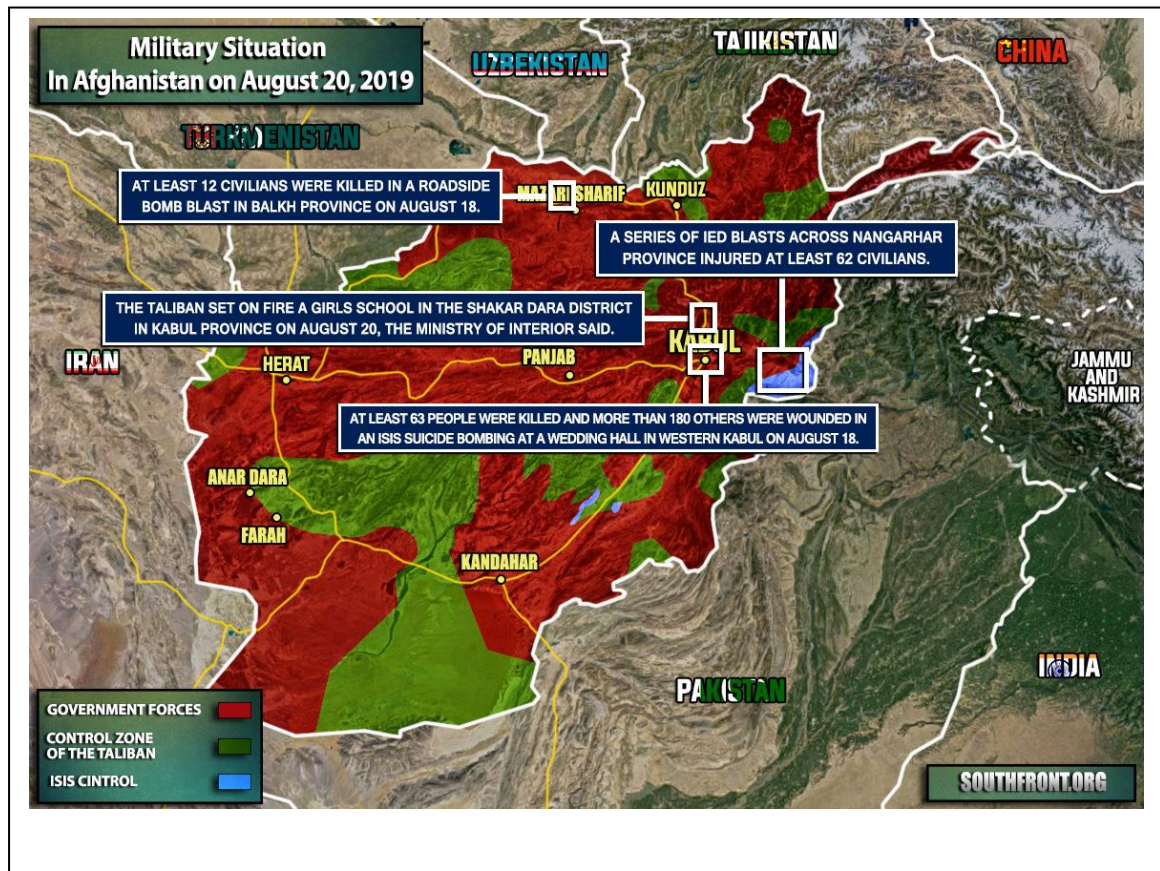


FIGURA 3 – Situação militar no Afeganistão em 2019

Fonte: <<https://southfront.org/military-situation-in-afghanistan-on-august-20-2019-map-update/>>.

Acesso em: 09 ago. 2020.

## ANEXO D

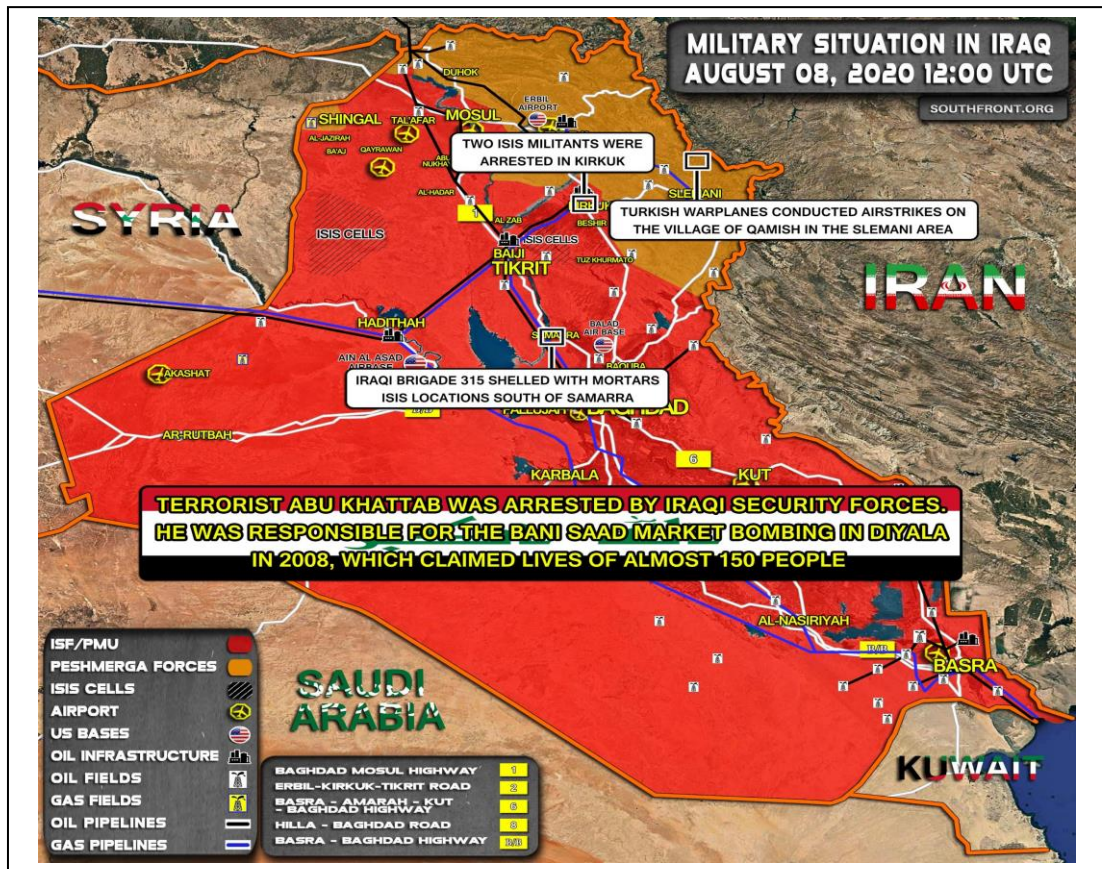


FIGURA 4 – Situação militar no Iraque em 2020

Fonte: <<https://southfront.org/military-situation-in-iraq-on-august-8-2020-map-update/>>.

Acesso em: 09 ago. 2020.

## ANEXO E

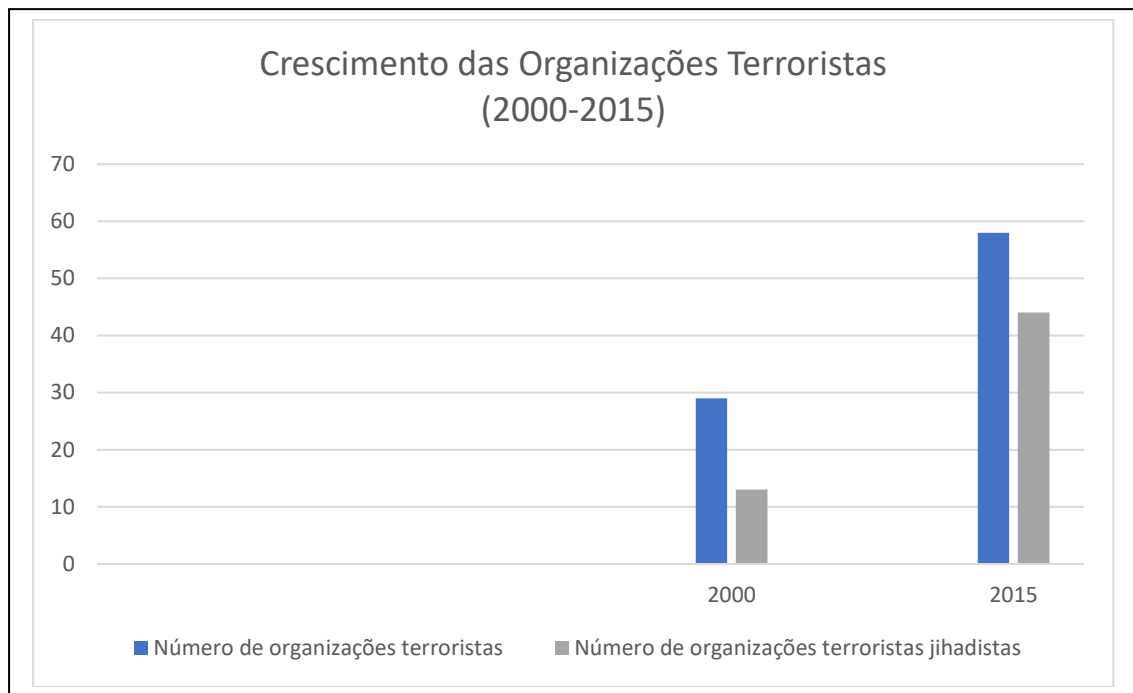


FIGURA 5 – Crescimento das organizações terroristas (2000-2015)

Fonte: THRALL; GOEPNER, 2017, p. 9.

Disponível em: <<https://www.cato.org/publications/policy-analysis/step-back-lessons-us-foreign-policy-failed-war-terror>>.

Acesso em: 09 ago. 2020.

## ANEXO F

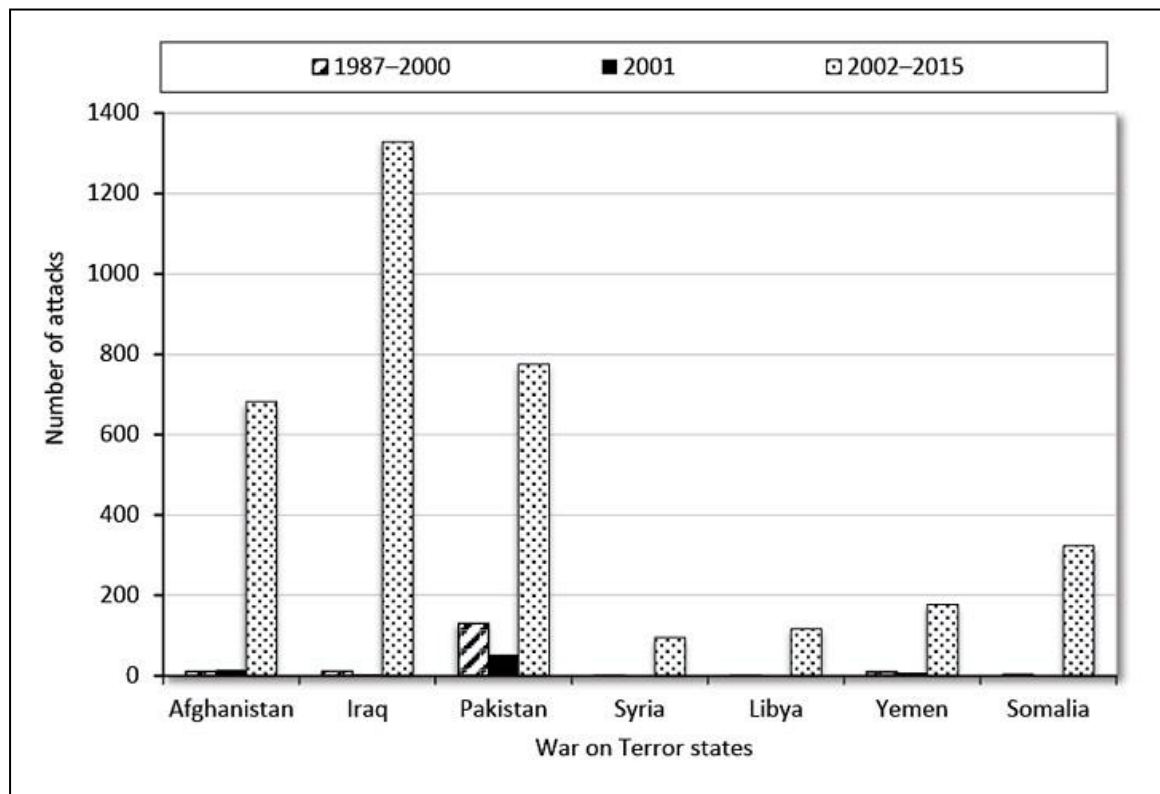


FIGURA 6 – Ataques terroristas nos países que são alvos da GWOT (1987-2015)

Fonte: THRALL; GOEPNER, 2017, p. 11.

Disponível em: <<https://www.cato.org/publications/policy-analysis/step-back-lessons-us-foreign-policy-failed-war-terror>>.

Acesso em: 09 ago. 2020.

## ANEXO G

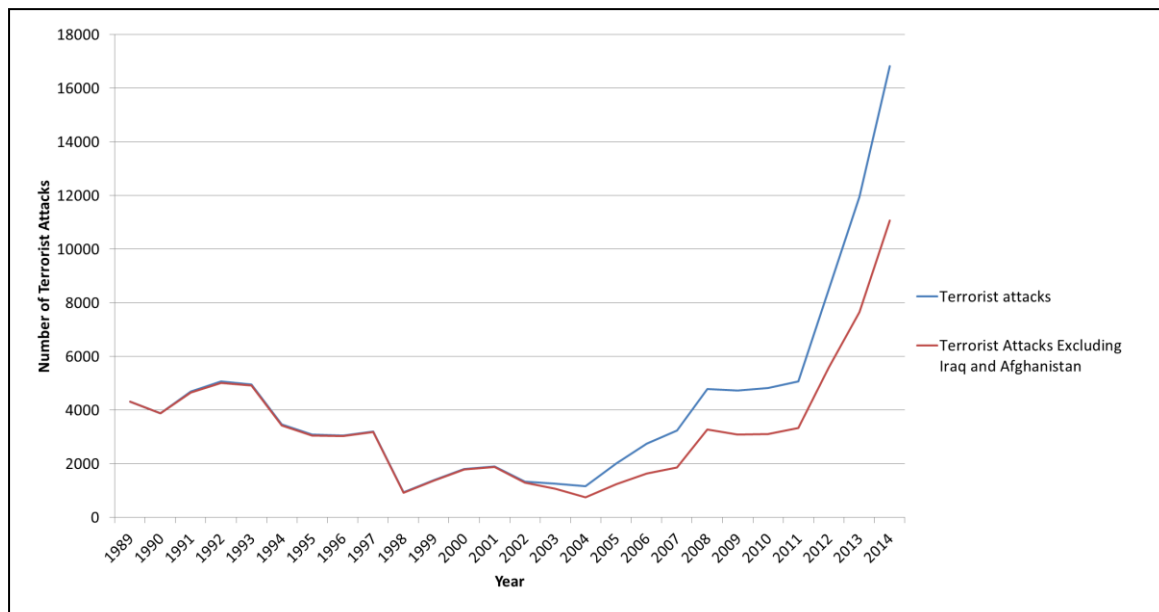


FIGURA 7 – Ataques terroristas jihadistas (1989-2014)

Fonte: < <https://warontherocks.com/2017/12/terrorism-war-terror-look-numbers/>>.

Acesso em: 09 ago. 2020.

## ANEXO H



FIGURA 8 – Crescimento do número de terroristas jihadistas (2000-2015)

Fonte: THRALL; GOEPNER, 2017, p. 9.

Disponível em: <<https://www.cato.org/publications/policy-analysis/step-back-lessons-us-foreign-policy-failed-war-terror>>.

Acesso em: 09 ago. 2020.

## ANEXO I

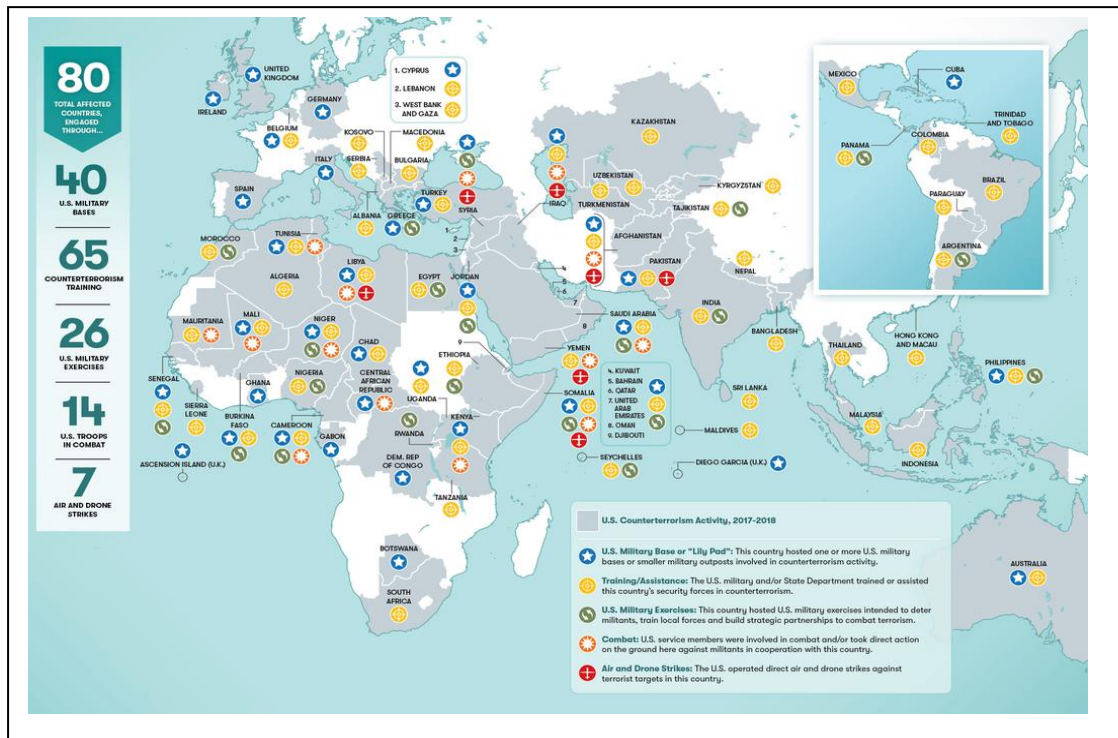


FIGURA 9 – Atividade contraterrorista dos EUA (2017-2018)

Disponível

em:

[https://www.reddit.com/r/MapPorn/comments/ae9it5/us\\_counterterrorism\\_activity\\_map\\_os/](https://www.reddit.com/r/MapPorn/comments/ae9it5/us_counterterrorism_activity_map_os/)

Acesso em: 09 ago. 2020.